

Editorial

UNIDADE PARA CONSTRUIR
E DEFENDER O ESTADO DEMOCRÁTICO

(Continuação da pág. 1)

Conhecemos e vivemos tudo isso e temos ainda a memória fresca. Também sabemos como o nosso Povo soube, corajosamente, encontrar no mais profundo de si próprio as energias necessárias para restabelecer ao cabo de cinquenta anos o curso evolutivo da sua História e como soube montar a guarda às suas grandes conquistas revolucionárias.

E hoje quando vemos quem se alinha no partido de Freitas do Amaral, da CAP e da CIP e os ouvimos tecer hinos à «democracia», falar do seu «estatuto de oposição» ou desembaraçar-se lepidamente de confessos bombistas que não escondiam as suas ligações políticas ou as suas simpatias «centristas»; quando vemos os grandes patrões do partido de Sá Carneiro envergarem à pressa a «inocente» roupagem da social-democracia e quando os vemos a todos vociferar contra a Reforma Agrária, exigir a reforma da lei que a sancionou e instituiu, já os conhecemos de gíngera, já sabemos quem são: são os mesmos do passado, os que trabalhar activamente para o retorno ao passado. E o «retorno ao passado» significaria o retorno à violência, à repressão brutal, à exploração desenfreada dos trabalhadores, ao obscurantismo; significaria o retorno da ditadura do grande capital e do fascismo, de que o 25 de Abril nos libertou.

Por outro lado quando vemos a inoperância do Governo PS e a sua falta de soluções para os grandes problemas nacionais; quando vemos certos ministérios do seu Governo praticarem uma clara política de viragem à direita; quando assistimos ao assalto generalizado do aparelho de Estado — onde se auferem muito bons vencimentos — pela clientela do partido governante e quanto isto significa uma prática que em bom português se chama nepotismo; quando se vê a onda de saneamentos à esquerda chamados pudicamente com outro nome pelo Primeiro-Ministro, desencadeada por alguns ministros socialistas (quantos professores democratas teria demitido Salazar desde 1945 até aos últimos dias do seu governo?, quantos teria já «saneado»? Cardia nestes curtos meses do seu consulado?); quando vemos o secretário de Estado da Comunicação Social cobrir de certa forma com o chavão do «pluralismo» a escandaleira da RTP com a sua declaração de confiança ilimitada em Tomás Rosa, que introduziu «curiosos» métodos de direcção neste importante sector da comunicação social que fazem recordar os «velhos tempos», quando assistimos às tentativas de divisão e de hegemonia do movimento sindical português pelos sindicalistas socialistas da tendência «Carta Aberta» e as relacionamos com a revisão da lei da greve, agora anunciada pelo Governo do PS, e quando vemos o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, orientar e sancionar toda esta prática política, com uma fraseologia de esquerda que soa a falso, temos então — todos os democratas e antifascistas, todos os que acreditamos na mensagem libertadora do 25 de Abril — razão para nos inquietarmos seriamente com os perigos reais de retorno ao passado, de regresso à velha experiência da direita reacçãoária no poder e a um novo despedimento das forças antidemocráticas que esperitam a sua hora.

As palavras do Presidente da República, pronunciadas da varanda do Município de Lisboa nas comemorações do 5 de Outubro adoptamo-las aqui em reforço do que atrás dizemos:

«Atribuir às forças antidemocráticas o derrube dos regimes democráticos é juízo certo e fácil.

«Reflectir nos erros que favoreceram a acção de tais forças e asseguraram o seu êxito é exercício imperativo para transformar as promessas de sempre em realidades de hoje».

E entretanto a ameaça da direita reacçãoária, tornada mais próxima pela política resvaladiza e dúbia do governo PS, pode e tem de ser conjurada. E sê-lo-á pela vontade do nosso Povo, do povo civil e fardado que fez o 25 de Abril.

A mensagem libertadora do 25 de Abril é de unidade e coesão do movimento popular e da sua aliança com os militares progressistas e patriotas em torno de um vasto projecto democrático que aponta ao socialismo.

Essa unidade e coesão, essa aliança, não foram destruídas, têm fundas raízes nas novas formas de existência do nosso Povo. Passou muita água debaixo das pontes, muita coisa mudou nos últimos doze meses mas os pilares fundamentais da revolução mantêm todo o seu vigor e podem ainda ser robustecidos. Chamam-se Nacionalizações, Reforma Agrária, Controlo Operário.

Cada um deles é inseparável da defesa do Estado democrático, cada um deles exige formas específicas de mobilização popular para que se tornem inexpugnáveis ao assalto da direita reacçãoária e à acção corrosiva e divisionista da ultra-esquerda pseudo-revolucionária.

As próximas eleições para as autarquias locais constituem o terreno ideal para o revigoramento do movimento unitário de massas e para o reforço da coesão popular em torno dos problemas locais mais sentidos.

O momento que se vive é já de intensa actividade para a formação e apresentação de listas unitárias para os diversos órgãos de poder local.

Mas não é suficiente.

Impõe-se um grande esforço de clarificação política entre os partidos e organizações democráticas para que o caciquismo do CDS e do PPD (agora PSD) não encontrem campo fácil de manobra e para que as populações possam eleger para as Câmaras e Assembleias Municipais e para as Assembleias de Freguesia cidadãos honestos e de espírito realizador. Simultaneamente, um grande esforço organizativo é necessário na criação de estruturas eleitorais que assegurem a realização eficaz das diversas operações.

Muitos plenários populares foram já realizados e na sua preparação tem sido notória a acção dos partidos e organizações de esquerda, de Comissões de Moradores e outras estruturas populares unitárias. É preciso multiplicar estas iniciativas, criar novas Comissões Eleitorais Unitárias e dinamizá-las para uma acção intensa de preparação das eleições.

Sob a égide da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) aumentam as adesões de forças e individualidades políticas que concordam com o seu programa. Embora o Partido Socialista tenha decidido concorrer com listas próprias para as Câmaras e Assembleias Municipais há largas possibilidades, mesmo nesse terreno, para o entendimento e uma vasta participação de socialistas nas listas unitárias.

Muitos socialistas integram-se já nas Comissões Eleitorais Unitárias juntamente com comunistas e com democratas de todas as tendências.

O comício do dia 1, mesmo sem propaganda adequada, foi um êxito de participação popular. O apelo do prof. Rui Luís Gomes encontrou um profundo eco dentro e fora do recinto. As suas palavras são as de grande lutador pela unidade de todos os democratas:

«Alarguemos a nossa unidade, alarguemos em todos os sentidos e a todos os democratas que defendem a Constituição e todas as conquistas do 25 de Abril».

TERRORISTAS EM LIBERDADE

É posta em causa a autoridade democrática

Os portões de Caxias hermeticamente cerrados durante o fascismo para tantos camaradas e antifascistas que lá foram mantidos, criminosamente, por tantos anos, abrem-se agora com facilidade inquietante na cara de um Governo que, no seu Programa aprovado na Assembleia da República, assumiu explicitamente o compromisso inadiável de «intensificar a acção antiterrorista e anticriminal genérica».

A surpresa é pequena, mas a preocupação é grande. Perante isto, nenhum democrata pode estar tranquilo. Por reduzi-la que seja a parcela de confiança que depositou no Governo minoritário do PS, todo o homem honesto e preocupado com os assaltos diários e impunes à ordem democrática, tem razões muito fortes para pôr em causa a autoridade de um Governo que permite e assinala com o silêncio a libertação sumária do «comendador» Abílio de Oliveira.

Este e outros dos mais fortemente implicados na série de atentados terroristas, que assinalaram com crimes de morte e destruição de bens a estrada tortuosa da reacção em Portugal, podem agora em liberdade preparar outros crimes, fortalecidos ainda mais, depois de terem experimentado como é fraco o pulso que os deteve, por tempo tão curto e tão fácil, no seu caminho criminoso.

Informação vinda a público recentemente fazia constar, e é certo, que o «comendador» Abílio de Oliveira, recebido com o foguetório do caciquismo bombista na terra onde fez fortuna, obteve já depois da sua saída de Caxias, um empréstimo de cerca de dez mil contos da banca nacionalizada.

Como é possível? Quem vai controlar esse dinheiro nas mãos de um suspeito apontado, segundo outros vetidos, como um dos mais fortes financiadores do terrorismo? Que «matérias primas» irá o «comendador» adquirir com essa soma?

A confraria, segundo parece, tem o braço comprido. E o dinheiro abunda. O CDS não gosta de ver por muito tempo os seus notáveis em maus lençóis. Outras libertações se anunciam, enquanto são ameaçados os

principais investigadores da rede bombista, procurando as forças reacçãoárias e criminosas intimidar alguns membros da Polícia Judiciária que põem acima de tudo o cumprimento do dever.

Que faz o Governo para proteger estes homens? Que faz o Governo sequer para autorizar com o seu peso o trabalho dos investigadores? «Intensificar a acção antiterrorista» — a promessa aí estava.

Bem gostaríamos de a poder confirmar. Mas em vez disso é a preocupação que nos assalta. E os motivos estão à vista, sublinhados diariamente pela indignação da opinião pública.

Porque, verdadeiramente, a fraqueza denunciada quando se deixam sair em liberdade, sem julgamento, elementos reconhecidamente perigosos para a democracia, é a fraqueza de todos os órgãos do poder de um Estado que pretende consolidar a democracia e se rege por uma Constituição que a tal o obriga. A separação de poderes (judicial para um lado, legislativo para outro) não pode «cobrir» os crimes contra a democracia. Ou esta se defende em bloco ou não há

separação de poderes que resista à bomba e ao fascismo que nos preparam as forças reacçãoárias, que parecem ver chegado o momento de tomarem novamente o freio nos dentes.

A recuperação capitalista precisa do terrorismo. Com ele pretende lançar sobre os órgãos democráticos o labéu da incompetência perante a desordem, da fraqueza perante a liberdade, da insegurança perante o crime.

A democracia não se contenta com promessas, com programas que não se cumprem. CDS, CAP e CIP não olham nem olharão a meios para porem as liberdades democráticas ao seu serviço exclusivo — o que equivale a dizer que as destruirão pela raiz, se continuarem a ser abertas diante dessas forças as portas que a vigilância democrática dos responsáveis pelo poder deveria manter cerradas como cerrados estavam os portões de Caxias para os comunistas, democratas e todos os antifascistas que para lá eram empurrados pelas mesmas forças que hoje lá gostariam de ver novamente, sem garantias democráticas, os seus inimigos, os inimigos do fascismo.

POVO UNIDO É JÁ UMA VITÓRIA

Na batalha que se aproxima — as eleições para as autarquias — a unidade é a única arma capaz de garantir a vitória

A pouco mais de dois meses da data anunciada para a realização das eleições para as autarquias locais, vive-se em todo o País um clima de intensa actividade, nomeadamente no que respeita à elaboração das listas a apresentar e no crescente apoio das mais vastas camadas populares à Frente Eleitoral Povo Unido.

a participação destas.

O plenário que tomou estas decisões aprovou ainda, por unanimidade, uma moção em que se reivindica ao Governo, à Assembleia da República, ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução regulamentação que permita a nomeação de representantes das organizações unitárias

candidatos, estando previsto para breve um comício-festa para apresentação dos mesmos.

Por toda a parte o fim-de-semana foi aproveitado para se trabalhar na preparação das eleições. Enquanto um grupo de cidadãos de S. Domingos de Benfica formou mais uma Comissão Eleitoral Unitária, outras duas surgiram no Porto, em Rio Tinto e Miragaia.

Os objectivos que norteiam as comissões unitárias são os mesmos, de Norte a Sul do País — lutar pelas necessidades reais das respectivas freguesias, fazer eleger homens e mulheres capazes de lutar pela resolução dos problemas locais e de defender intransigentemente os ideais da democracia.

AMADORA
FORMA COMISSÃO UNITÁRIA

Fruto da iniciativa de um grupo de moradores da freguesia e visando a necessidade de um amplo movimento para a elaboração e preparação de um programa e de uma lista unitária que concorra às eleições das autarquias locais, constituiu-se a Comissão Eleitoral da freguesia da Amadora.

Ao apelar para a participação activa e massiva dos moradores de Alfragide, Amadora, Brandoa, Buraca, Damaia, Reboleira e Venda Nova nas próximas eleições e na resolução dos problemas locais, aquela Comissão recorda que os órgãos de

poder local deverão seguir os mais prementes anseios das populações e que só em unidade será possível, a essas mesmas populações, defender os seus interesses.

EM TODO
O LADO...

Torná-se cada vez mais difícil dar notícia de todas as Comissões Eleitorais Unitárias que se vão formando, dado que, em toda a acepção da frase, elas surgem por todo o lado.

O que não é nada estranho se se tiver em conta os profundos anseios unitários das massas populares. E há que formar trzentas listas para os municípios, outras tantas para os concelhos e cerca de quatro mil para as freguesias. Ou seja, serão eleitas cerca de noventa mil pessoas!

Desde as listas unitárias já existentes em toda a região de Lafões, à CEU de Riba d'Ave que tem vindo a alargar a sua composição, encontramos um grupo de moradores de Campolide avançando decididamente no caminho da unidade, enquanto no Lavradio homens e mulheres progressistas desenvolvem todos os esforços para impedir que as autarquias voltem de novo às mãos dos caciques saudosistas do fascismo, e a Comissão Eleitoral Unitária do concelho de Loures reúne com as Comissões Eleitorais Unitárias de freguesia, organizações populares de base, juntas de freguesia, a fim de discutir problemas inerentes às eleições...



Com efeito, o cunho vincadamente unitário que caracteriza a Frente e o esforçado trabalho que a mesma tem vindo a desenvolver, aos mais diversos níveis, para o completo esclarecimento de quais os objectivos que se propõe e a própria razão da sua formação levaram já à adesão de milhares de democratas às suas fileiras. Homens e mulheres das mais diferentes correntes de opinião, irmanados apenas no desejo comum de defender e consolidar a democracia — compreendendo a importância e carácter específico das próximas eleições — dão-se as mãos para disputar mais esta grande batalha cujos resultados serão decisivos para a democratização da vida nacional.

Hoje, como ontem, o inimigo comum continua a ser o fascismo. Que o essencial una, pois, todos os democratas e antifascistas.

A Frente Eleitoral Povo Unido, antes actuando conforme as condições próprias de cada região, de cada concelho, de cada freguesia, aponta o caminho a seguir: a Unidade!

De todos os pontos do País chegam diariamente provas de que a unidade é possível... e desejada!

Como é o caso do concelho de Almada, cuja Assembleia Popular decidiu apoiar e colaborar activamente com a Frente Povo Unido na obtenção de listas unitárias para todos os órgãos elegíveis do poder local do concelho, entregando ao seu secretariado como tarefa imediata e prioritária, o encargo de estabelecer os contratos e as acções necessárias para o efeito, com regular organização dos populares da base do desenvolvimento do processo que se tem

e populares de base territorial para os concelhos municipais e que o Conselho Municipal de Almada seja constituído com base no Secretariado da Assembleia Popular.

«POVO UNIDO»
EM LEIRIA

Um plenário realizado em Alcobaça, no passado fim-de-semana, por iniciativa da Frente Eleitoral Povo Unido, reuniu representantes de todo o distrito de Leiria que ratificaram as formas de organização adoptadas e fizeram um balanço do trabalho até agora desenvolvido.

No decorrer dos trabalhos foi salientado o interesse e mesmo o entusiasmo com que tem sido acolhido o movimento unitário, assim como as boas perspectivas que se abrem à apresentação de listas de unidade em todos os locais, que desde já contam com a adesão de numerosos democratas e antifascistas.

SINTRA,
S. DOMINGOS
DE BENFICA,
RIO TINTO,
MIRAGAIA

Eleita no passado fim-de-semana, a Comissão Eleitoral Povo Unido de Sintra é composta por cerca de duzentos representantes de todas as freguesias do concelho. No encontro unitário que lhe deu origem participaram não só membros das autarquias como também várias comissões de moradores, trabalhadores, representantes de clubes e colectividades.

Trabalhar bem e depressa é uma necessidade imperiosa das comissões eleitorais, dado que o prazo de que dispõem para apresentação das listas é curto e o tempo urge. Assim, encontram-se já praticamente elaboradas todas as listas de

Durante o mês de Setembro a tiragem média do «Avante!» foi de 72 700 exemplares

de novo à venda

MOVIMENTO SINDICAL
E UNIDADE
NO PROCESSO
REVOLUCIONÁRIO
PORTUGUÊS

As forças revolucionárias e conservadoras e todos aqueles que não estão com o processo revolucionário empenham-se em dividir o movimento sindical, em dividir os trabalhadores. É que o movimento sindical é um elemento muito importante para o processo revolucionário. A luta contra todo o divisionismo e pelo alargamento e consolidação da unidade é, pois, uma importante frente de luta do movimento sindical no momento presente.

edições
Avante!



saíu
mais um número
da revista
que se esgota

A
INTERNACIONAL
COMUNISTA

A análise dos principais aspectos da actividade da Internacional Comunista.

O papel de Lênine na criação e preparação das suas resoluções, e significado da IC e suas secções para o desenvolvimento criador da teoria marxista-leninista.

Este volume, o primeiro dos três em que a obra será editada, abarca a actividade da IC desde a sua criação em 1919 até aos acontecimentos revolucionários de 1923.

A VENDA I VOLUME

Pedidos a: C.D.L. Central Distribuidora Lda, Av. Santos Dumont, nº 51, Lisboa

5 DE OUTUBRO: UM DIA GRANDE NUMA LUTA QUE PROSSEGUE

Dois anos e meio de lutas e de grandes conquistas populares numa situação de legalidade democrática como que remeteram para as verificações históricas e para o seu alcance verdadeiro o 5 de Outubro de 1910. Meio século de fascismo e a unidade no combate que lhe moveram as forças antifascistas com o PCP, vanguarda da classe operária, na primeira linha, tinham feito do dia grande da revolução republicana uma bandeira de luta pelas liberdades democráticas, uma jornada que todos os anos se repetia contra a opressão fascista e a exploração do capital monopolista e agrário. Hoje, como nos dois anos passados, o 5 de Outubro é diferente.

Sendo ainda ponto alto na memória das lutas passadas, marco do empenho heróico do povo na libertação de Portugal, o derrubamento do regime monárquico é também (não podemos esquecer-lo) um canto de promessas incumpridas, uma voz depressa silenciada — e quantas vezes a mordida tinha sangue — na voragem de um capitalismo que deixava sempre mais para trás as ilusões dos políticos da pequena e da média burguesia em benefício sem freio dos grandes patrões monopolistas da indústria e da banca, dos grandes agrários usurpadores da terra e semeadores da miséria.

Mudou o regime, mas o sistema ficou. A classe exploradora que o sustentava, ainda antes do fascismo aparecer no horizonte, com a avidez da passagem do capitalismo clássico para o capitalismo monopolista, carregava ainda mais fortemente as suas armas contra a classe operária, contra os assalariados rurais, os pequenos camponeses, a pequena burguesia.

Ao lado das heróicas lutas populares do princípio do século é também essa memória da opressão capitalista que assinala o 5 de Outubro de 1910. Empenhadas hoje na destruição completa e definitiva dessa opressão, as massas trabalhadoras e todo o povo vêem essa data memorável mais de perto, com os olhos de quem prossegue uma luta ininterrupta, marcada pela experiência das derrotas que o triunfo republicano não soube evitar, acabando por abrir as portas ao fascismo.

Fechá-las bem e para sempre é pensamento e decisão de todos os comunistas, de todos os democratas, neste 5 de Outubro, comemorado num País livre, mas onde as ameaças se acumulam contra uma liberdade que exige luta, sacrifício e vigilância para bater sem remédio as forças de um passado de opressão e miséria.

APOIAR A REFORMA AGRÁRIA É DEFENDER A REVOLUÇÃO

Que a Lei da Reforma Agrária seja plenamente cumprida!

As "provas de maturidade política e de consciência revolucionária que os trabalhadores rurais estão a saber dar no decorrer do processo de desocupação de terras indevidamente ocupadas, constituem uma verdadeira lição de civismo e coerência que a todos deve aproveitar.

A reacção, e não só, prepara-se para assistir ao confronto directo entre os trabalhadores e as Forças

Armadas, prevendo já o início da concretização de um dos seus mais caros sonhos — a destruição da Reforma Agrária.

O cenário foi preparado cuidadosamente. Centenas de jornalistas estrangeiros acorreram ao Alentejo, de pena em riste, preparados para desempenhar o papel de correspondentes de guerra. A própria RTP, sempre tão estranha e arredia da realidade que se vive nos campos do sul,

enviou nada menos que quatro equipas de reportagem para cobrir o «prometedor» acontecimento.

Como se compreende, os resultados provocaram a mais completa desilusão entre os arautos da mentira e da calúnia. O que lhes foi dado ver — e bom seria que o transmitissem com o mínimo de honestidade e dignidade profissional — foi a coragem dos trabalhadores do campo e dos sindicatos que os representam de se sentarem à mesa das negociações e reconhecerem, honestamente, o erro cometido — de um milhão de hectares de terra ocupada 20 mil foram incorretamente, o que representa uma percentagem de erro de cerca de 1,5%.

Final, as tão apregoadas ocupações selvagens, atropelos e violações da lei têm uma bem pequena base de apoio. Dir-se-ia mesmo que tal base é uma insignificância se enquadrada na obra gigantesca da Reforma Agrária e no contexto geral de um processo revolucionário por vezes muito naturalmente conturbado.

Muito que se disse a este respeito — quantas vezes sem o mínimo de pudor exigível a entidades responsáveis — e o que na realidade se passa deverá servir de tema de reflexão para todos os democratas e antifascistas que, por mal informados ou por manipulações a que foram

sujeitos não vêem com bons olhos a gigantesca e patriótica tarefa que os trabalhadores rurais alentejanos estão a levar a cabo. E que reflectissem nas razões por que têm sido enganados. E em quem os tem enganado.

O mínimo que se pode dizer é que estão de parabéns os trabalhadores rurais do Alentejo. E também, naturalmente, que se encontram em plenas condições de exigir que a Lei da Reforma Agrária seja totalmente cumprida, isto é, que sejam expropriados os muitos milhares de hectares de terra (520.000) que se encontram nas condições de expropriação previstas por lei.

Mas, atenção, que embora vencida em mais esta batalha a reacção não desarma. Podemos vê-la já ao ataque, nomeadamente através dos malabarismos jurídicos a que o PSD (ex-PPD) e o CDS se entregaram para tentar demonstrar que a Lei da Reforma Agrária é inconstitucional e que, portanto, deve ser... abolida.

As forças de esquerda têm possibilidades reais de bater a direita. Desde que saibam unir-se. Como o souberam fazer os trabalhadores alentejanos na sua esforçada e vitoriosa luta pelo direito à terra que trabalham.

A FORÇA DA SOLIDARIEDADE

As jornadas de apoio à Reforma Agrária — jornadas de luta pela defesa de uma das grandes conquistas da revolução — continuam a mobilizar trabalhadores de todos os quadrantes, da cidade e do campo, cada vez mais conscientes que só a sua unidade tornará possível o avanço e consolidação das forças democráticas.

Assim o compreendem as massas populares de Alameda, que no passado fim-de-semana participaram numa iniciativa promovida pela delegação local da CRARA — venda directa dos produtos das Unidades Colectivas de Produção — com teatro, canto livre e sessão de esclarecimento

com a participação do nosso camarada Vítor Louro.

A importância da solidariedade e do internacionalismo proletário foi um dos aspectos focados pelo nosso camarada, que sublinhou o profundo significado político do auxílio que os países socialistas têm prestado à Reforma Agrária, não só com a oferta de máquinas como também com a cedência de técnicos que ensinam os trabalhadores a manejá-las, assim como as mais diversas formas de apoio manifestadas às forças que em Portugal lutam por uma sociedade mais justa.

A breve intervenção de Vítor Louro seguiu-se um animado debate.

SANEAR PARA REINAR SOZINHO

A actuação do capitão Tomás Rosa à frente dos destinos da RTP não espanta ninguém, pois toda a gente se lembra da sua actuação como ministro do Trabalho durante o VI Governo. Fundamentalmente, a actividade política desta personalidade tem-se caracterizado pelo seu exagerado gosto de sanear à esquerda, afastando sistematicamente os profissionais competentes, os homens íntegros ou simplesmente aqueles que tenham opinião não absolutamente coincidente com a sua. As suas opiniões quanto aos trabalhadores e ao povo, as suas opiniões, em suma, quanto à nova situação democrática de transição para o socialismo, tem-se traduzido na prática por actos que, em última análise, convergem num projecto de recuperação capitalista, no qual, de resto, não é apenas Tomás Rosa a participar, enquadrando-se ele na prática a que os actuais governantes nos vêm habituando, por meio de declarações e sorrisos à direita e, o que é mais grave, por decretos contrários aos interesses dos trabalhadores.

O clássico «Tira-te tu para me pôr eu», prática corrente da burguesia dividindo os lugares do poder e a que a mesma burguesia costuma chamar

«alternância» para mascarar os interesses de classe que a movem e as ambições pessoais que animam os seus defensores, adquire neste caso aspectos mais requintados e porventura mais descarados, em Portugal, dado que a situação que vivemos no nosso país não pode ser assimilada a uma estável democracia burguesa com os seus jogos e ilusões parlamentares, mas é antes, como o PCP tem afirmado, uma situação democrática em que as conquistas revolucionárias operadas modificaram profundamente a face social, económica e política do país e que compete agora aos trabalhadores, aos democratas e progressistas defender e aprofundar.

A direita escolheu no nosso país outros processos, outras mezinhas para pôr termo aos «males» do progresso, e nisso tem sido brilhantemente ajudada e mesmo precedida por homens e organizações que deviam, como de resto apregoam, estar ao serviço dos trabalhadores e juntos com os outros progressistas na defesa das conquistas da nossa revolução democrática. Uma das mezinhas que foram postas a circular há largo tempo foi a ideia de «pluralismo», termo vago com o qual se procurou dividir os

trabalhadores e depois atacar na frente da informação, procurando fazer que se pensasse que os verdadeiros democratas eram monopolizadores da informação, que esta era distorcida e servia intentos escusos. Com este pretexto e outros porventura mais injustos se atacou a informação ao serviço dos trabalhadores. Que vemos hoje acontecer?

Hoje, um governo minoritário, recusa a aliança que é a única possibilidade de garantir e reforçar a democracia, e governa sozinho. E a avalanche pluralista de saneamentos não parou ainda desde que o governo foi empossado, verificando-se a vários níveis e em diferentes ministérios. Saem democratas, entram muitas vezes reacçãoários. Será que o PS limpa a casa para a entregar nas mãos da direita?

Tomás Rosa também quer, ao que parece, governar sozinho. Dos militares que o 25 de Abril veio colocar na RTP nenhum resta. Mesmo homens chegados ao PS são ultrapassados e demitem-se. Desaparecem administração, direcções técnicas e de informação.

Tudo a bem do pluralismo, daquele pluralismo que cada

vez mais aproxima a RTP de hoje daquela que antes de 25 de Abril conhecíamos. Antes falava o governo, conversando em família. Hoje a família será outra, mas também fala o governo, num tom que nos vem lembrar os maus bocados do passado.

E não se tratará de medidas de economia, embora os aparelhos de muitos milhares de cidadãos comecem, ou continuem com maior frequência a emudecer, já que esses muitos milhares de cidadãos não estarão dispostos a engolir uma programação, um noticiário e comentários políticos que não lhes dizem respeito e que até lhes faltam ao respeito. Não, também não será por medidas de austeridade.

Um governo que se prepara para levar por diante medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores tem necessidade de uma televisão mansa aos seus designios, de um porta-voz oficial que pinte de cores bem vivas e agradáveis tudo o que de desagradável se prepara. Poderemos mesmo pensar que vai ser bem útil ao partido-sozinho-do-governo dispor de tão importante tribuna quando abrir a campanha eleitoral para as autarquias. Como se sabe, não haverá propaganda distribuída na RTP pelas várias forças que concorrem...

MEDIDAS ANTIDEMOCRÁTICAS DO MEIC AMEAÇAM PARALISAR O ENSINO

O Ministério e o Governo incorrem em graves responsabilidades

A política do MEIC, se a tal se pode chamar política, tem tido até agora um único objectivo: destruir as estruturas democráticas do Ensino. Não se passa um dia sem que, por todos os processos de que não pode deitar mão o detentor daquela pasta, se assista à tentativa de garantir essa destruição a curto prazo afastando dezenas de democratas dos lugares onde a política democrática deveria ser assegurada.

Mas não se queda por aí a «fúria saneadora» dos actuais responsáveis pela condução do MEIC. A direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, à semelhança de inúmeras tomadas de posição de outras organizações de trabalhadores e de forças políticas de vários quadrantes, frisava recentemente que o ano escolar, cujo início está por dias, se encontra ameaçado de desastre, enquanto milhares de professores «de todos os graus de ensino são obrigados a desfazer os seus lares, a mudar de região onde estabeleceram família e criaram raízes, sem consideração pelos anos de serviço que prestaram e pelo entusiasmo e dedicação que sempre puseram no exercício das suas funções».

A direcção daquele Sindicato, o mais representativo pelo número de filiados do sector em todo o País, é considerada afecta ao PS de que é membro destacado o actual ministro da Educação e Investigação Científica. São estes trabalhadores que afirmam claramente, acerca das medidas do MEIC, que elas «levam à degradação do ensino, à confusão, à desordem e aos caos nas escolas».

«Como não se inquietar — afirma o Sindicato — ao constatar que dezenas de milhares de alunos, estudantes e trabalhadores verão fecharem-se-lhes as portas do ensino e negado o direito à qualificação, a um diploma reconhecido, a um futuro profissional, num país que carece cruelmente de técnicos qualificados e profissionais competentes em todos os domínios para poder sair definitivamente do subdesenvolvimento, da pobreza, da doença, da ignorância e da incultura?»

AS EXONERAÇÕES EM COIMBRA

Esta situação parece não inquietar o MEIC! As suas preocupações são outras. Os protestos vêm de

todos os graus de ensino, mas os saneamentos à esquerda e as outras medidas arbitrárias e antidemocráticas continuam. Uma das mais recentes atingiu a Universidade de Coimbra com a exoneração abusiva dos reitores Teixeira Ribeiro e Joaquim Gomes Canotilho. Os estudantes protestaram condenando essa medida.

Numa Assembleia Magna, 900 alunos da Academia coimbrã votaram democraticamente (com 100 votos contra) uma moção onde as exonerações impostas pelo MEIC são consideradas «um claro atropelo às regras do jogo democrático, a pretexto de um baixo recurso a nomes do jogo burocrático».

Uma Comissão de Luta, criada naquela Assembleia, acrescentaria: «a decisão do MEIC de afastar o reitor é a primeira de um conjunto de medidas que virão pôr em causa toda a gestão democrática da Universidade. Aliás, o Conselho de Ministros já abriu a porta à substituição dos Conselhos Directivos das Faculdades por Comissões Instaladoras ou de Reestruturação. Destas medidas transparece a intenção de provocar o desencadeamento e um processo que poderá levar à paralisação da Universidade».

Mas o MEIC paira acima destas «contingências». E paira tanto e tão pouco que a «política» do Ensino tem vindo a merecer os elogios do CDS, do PPD e de outras forças reacçãoárias, o que parece não inquietar minimamente os dirigentes do PS e os seus homens no Governo. A recuperação capitalista, os seus partidos e jornais jogam abertamente na actuação antidemocrática e desestabilizadora do MEIC e do seu titular PS. Os resultados que essas forças daí esperam obter não serão certamente uma surpresa para o Governo que deve saber também o que o espera, se o ano escolar for um desastre, como alerta oportunamente o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

A política «nacional» que o PS tanto prometeu, no sentido de estar acima dos partidos e ver antes deles e dos seus interesses o interesse nacional, é diariamente desmentida no MEIC. A situação a que se chegou é motivo forte de inquietação para todos os democratas, para todas as forças progressistas que vêem na estrutura democrática do Ensino e no seu fortalecimento, agora interrompido, um dos esteios da consolidação da democracia e do progresso rumo ao socialismo.

HÁ DOIS ANOS O 28 DE SETEMBRO

Muito foi o caminho percorrido desde então. O processo português sofreu avanços e recuos. As massas trabalhadoras alcançaram grandes conquistas, mas as forças da direita reconquistaram já algum do terreno perdido.

Porém, é preciso que saibam que a energia revolucionária, a firmeza, a combatividade e a confiança das massas trabalhadoras — factores decisivos da vitória do 28 de Setembro — se mantêm bem vivas nos dias de hoje.

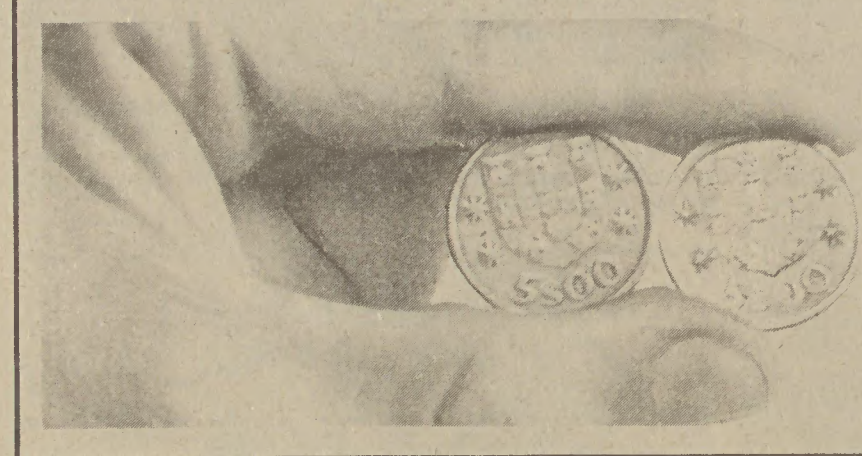
Nas novas condições, o movimento popular, as massas trabalhadoras, mantendo esses factores e reforçando a unidade do Povo português, poderão dizer como em 28 de Setembro e em 11 de Março: a reacção não passará porque o Povo português não deseja o regresso ao 24 de Abril, porque o Povo português deseja construir uma pátria livre, democrática, pacífica, progressista e independente, a caminho do socialismo!

VIOÊNCIA NO NORTE CONTRA RENDEIROS

Nos últimos tempos, proprietários absenteeistas e caciques locais têm multiplicado acções de violência contra muitas centenas de rendeiros que lutam pela efectiva aplicação da Lei do Arrendamento Rural e das tabelas de renda em vigor. Armados de caçadeiras, de varapaus e em grupos, os senhorios invadem as terras, destroem as culturas, espancam os caseiros e colhem à força os produtos que tanto suor e trabalho custaram aos camponeses sem terra e seus familiares. Entretanto, tudo isto se verifica perante a passividade e complacência das autoridades que deviam actuar no sentido de fazer respeitar a legalidade e a ordem democráticas, punindo eficaz e prontamente os proprietários absenteeistas e seus «homens de mão».

Quando o Primeiro-Ministro e outros responsáveis do

Governo inventam «tensões sociais nos campos do Alentejo» estão objectivamente a tentar ignorar as bem patentes tensões sociais existentes em numerosas localidades do Norte e Centro do País, onde com uma escandalosa impunidade os caciques violam o Decreto-Lei 201/75, o espírito e a letra da Constituição da República. Como compreender que indivíduos que ameaçam à luz do dia rendeiros com armas de fogo não sejam detidos e demandados criminalmente? Aliás, estas acções criminosas têm-se intensificado nos últimos tempos, não só devido à época das colheitas, como também à impasse, inoperância e ignorância do Governo face à grave situação que se vive nos campos do Norte e Centro do País, particularmente onde milhares de rendeiros lutam pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural.



de novo à venda



LENINE

A DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO

acessível a todos os leitores o preço e a linguagem

Distribuição CDL — Central Distribuidora Livreira — Av. Santos Dumont, 57 - C - Lisboa - 1

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A A SOCIEDADE E O ESTADO

Série B IMAGEM MODERNA DO MUNDO



LENINE

O RADICALISMO DE ESQUERDA

de novo à venda

Mais de cinquenta e cinco anos nos separam da fundação do Partido Comunista Português, em Março de 1921. Os sete Congressos que foram realizados até hoje são marcos importantes na história do nosso Partido, que é o mesmo que dizer que foram marcos importantes na luta da classe operária portuguesa, assinalando as diversas fases por que passou essa luta, ligada sempre às aspirações de todos os trabalhadores e do povo em geral. No momento em que todo o Partido se prepara para novo Congresso, recordemos os que o antecederam.

Mais de cinquenta e cinco anos nos separam da fundação do Partido Comunista Português, em Março de 1921. Os sete Congressos que foram realizados até hoje são marcos importantes na história do nosso Partido, que é o mesmo que dizer que foram marcos importantes na luta da classe operária portuguesa, assinalando as diversas fases por que passou essa luta, ligada sempre às aspirações de todos os trabalhadores e do povo em geral. No momento em que todo o Partido se prepara para novo Congresso, recordemos os que o antecederam.

O I Congresso do PCP culminou no ano da sua formação, foi uma expressão do seu desenvolvimento político, da sua expansão. Faltava então ainda ao Partido uma formação teórica coerente e uma direcção de militantes politicamente experimentados, e com abnegação revolucionária. Mas a acção dos militantes do Partido nesta época da sua vida contribuiu para a difusão das Ideias do comunismo em Portugal e para abrir caminho à organização revolucionária da classe operária.

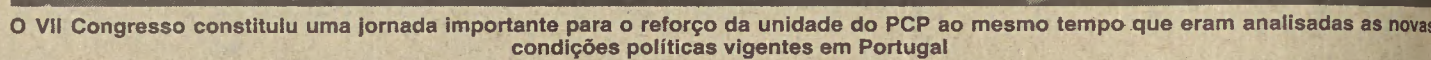
Um relatório sobre o Partido e as grandes greves de 1942 e 1943 foi apresentado pelo camarada José Gregório, pondo em relevo que essas greves constituíam uma garantia de novas jornadas de luta contra o patronato e contra o fascismo e referindo

Com este Congresso afirmou também o Partido o princípio, que sempre procurou cumprir, apesar das limitações e dificuldades impostas pela clandestinidade, de garantir o máximo de aplicação dos métodos de centralismo democrático na vida interna do Partido.

Da ordem de trabalhos do Congresso assinalamos: a discussão do relatório do camarada Álvaro Cunhal sobre o tema «O caminho para o derrubamento do fascismo»; o relatório do camarada José Gregório sobre a «Defesa da repressão fascista»; o relatório do camarada A. Cunhal sobre problemas de organização; o relatório do camarada José Gregório sobre actividade sindical; o relatório do camarada Joaquim Pires Jorge sobre Agitação e Propaganda.

O V Congresso traduziu a vitalidade, solidez e larga influência do PCP. Pouco depois da sua realização, o povo português travou uma das suas maiores batalhas contra a ditadura fascista com a candidatura do general Humberto Delgado na farsa eleitoral de 1958.

«Da composição do Congresso — assinalava o «Avante!» — ressaltava em primeiro lugar o devotamento sem limites dos



No relatório foram desenvolvidos importantes problemas como os referentes às lutas da classe operária, às lutas de massas, à unidade das forças antifascistas, à vida interna do Partido, ao Programa do Partido.

Ainda soam aos ouvidos de todos os participantes nesse Congresso as palavras proferidas ao finalizar o discurso de encerramento pelo camarada Álvaro Cunha:

«Os trabalhos do nosso Congresso terminaram e agora começa o trabalho de cada uma das nossas organizações, de cada um dos nossos militantes, para aplicar na prática as resoluções deste nosso Congresso. A Revolução democrática, camaradas, está em marcha. Avante, pois, pela consolidação das liberdades, pela realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte pela instauração dum regime democrático em Portugal, dum regime que permita o avanço do processo revolucionário, até vermos um dia em Portugal aquela sociedade por que lutámos, por que lutamos e lutaremos até à sua realização: a sociedade socialista primeiro e o comunismo depois.»

[illegible]



A democracia interna sempre foi, mesmo no tempo da clandestinidade, uma das características da vida do Partido

DEBATER, PARTICIPAR, UNIR

O período que nos separa do VIII Congresso deverá ser de intenso trabalho. Do êxito da sua preparação, do grande debate que se irá travar em torno das teses a apreciar pelos delegados, dependerá em larga medida o êxito do próprio Congresso

Estamos a pouco mais de um mês da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Português. Não temos dúvidas de que ele assinalará um marco histórico não só na vida do nosso Partido como também na própria evolução da luta do povo português pela democracia, pela paz, pela prosperidade, pela justiça — pelo socialismo.

Entretanto, o êxito do Congresso não dependerá apenas daquilo que se passar no decorrer das suas sessões de trabalho que, como se sabe, se prolongarão por vários dias. O que na altura se discutir e aprovar será o resultado de toda uma actividade de estudo, discussão e reflexão que é preciso iniciar desde já. É por isso que é legítimo afirmar que o sucesso do Congresso dependerá essencialmente daquilo que, todos, formos desde já capazes de realizar.

As teses que vão ser sujeitas à discussão e aprovação dos delegados serão distribuídas dentro de breves dias. Tratar-se-á de projectos que a direcção do Partido põe à discussão de todos os militantes. Com base nesses documentos deverá desenvolver-se em todo o Partido, em todas as células e organizações, um amplo debate, norteado pelos grandes princípios que desde sempre caracterizaram a actividade do PCP: a unidade e a democracia interna.

Do debate enriquecedor que se irá travar resultarão sem dúvida emendas e correcções aos textos iniciais, que os tornarão assim espelhos fiéis da vontade reflectida de todo o Partido. As experiências de onze anos de luta (desde 1965, ano do último congresso ordinário) ao serviço da classe operária e de todos os trabalhadores, as lições de um período dos mais ricos na história do nosso Povo, porventura o mais rico, as experiências e as lições acumuladas pelo Partido que mais destacadamente lutou pelo derrubamento do fascismo e mais empenhado está na consolidação da democracia a caminho do socialismo e a importância internacional da revolução portuguesa e dos seus rasgos originais deverão estar presentes no debate e no enriquecimento das teses tornando-as documentos guias indispensáveis para a interpretação do passado, a compreensão do presente e a construção do futuro.

UM ESTILO DE TRABALHO

Durante os duros anos da ditadura o Partido viveu sob os golpes consecutivos da repressão fascista, que contra ele assustava os principais golpes e mobilizava as principais forças. Uma vida de rigorosa clandestinidade foi imposta ao Partido, a qual nem por isso o impediu de desenvolver uma actividade decisiva na mobilização das massas populares e na condução e dinamização da luta

contra o fascismo. Essa actividade foi possível porque os comunistas tinham o apoio do povo, identificavam-se com os seus interesses e anseios — eles eram o destacamento organizado e dirigente do povo trabalhador.

Foi por isso que mesmo durante o fascismo a vida do Partido não deixou de se caracterizar pela democracia interna, ponto de partida para a unidade de acção, segundo os princípios leninistas do centralismo democrático. As limitações eram muitas, os perigos espreitavam a cada momento — mas sempre, lá onde e quando era possível, a discussão dos problemas, a análise das experiências, a definição das linhas de acção eram o resultado de uma ampla troca de ideias, de um intenso debate interno.

Hoje, todo esse estilo de trabalho testado por longos anos de luta enriquecido pela experiência de outros partidos comunistas e operários irmãos, e adaptado às novas condições propiciadas pela jovem democracia que ajudamos a construir e queremos ajudar a tornar adulta, todo esse estilo de trabalho, dizíamos, deverá ser aperfeiçoado, desenvolvido e elevado a uma nova fase.

Para este objectivo, pois, não partimos do zero. Além do mais, temos ainda a experiência destes dois anos e meio de revolução, a preciosa experiência de todo um trabalho quotidiano de um grande partido de massas, cujo alargamento e progressivo enraizamento nas massas têm sido o fruto de uma justa linha política que em grande parte resulta da capacidade para em cada momento estar aberto à discussão, à crítica e à autocritica, à análise viva das realidades concretas do momento sem nunca perder de vista os objectivos a longo prazo.

As teses a apresentar o Congresso cobrem, no seu conteúdo, os grandes problemas da sociedade portuguesa, as principais fases da luta do povo português, a evolução do movimento popular e a actividade do Partido desde 1965 até aos nossos dias. O amplo debate que iremos travar em torno delas, no espírito de coesão, participação e democracia interna que é o próprio estilo do Partido, tornarão os documentos que irão sair do Congresso em instrumentos de trabalho indispensáveis para todos quantos estão realmente empenhados na consolidação e avanço da democracia e na construção do socialismo.

A unidade interna do Partido sairá reforçada, a sua imagem prestigiada. Mais uma vez se provará, como dia a dia as realidades o têm provado, que o rumo da democracia e do socialismo no nosso país não é possível sem o PCP e muito menos contra o PCP.

Ao trabalho, pois, camaradas! Em cada célula, em cada organização, vamos debater e analisar as teses do Congresso!

O VIII Congresso do Partido Comunista Português começa já amanhã!

UNIDOS E ORGANIZADOS OS TRABALHADORES METALÚRGICOS FORÇARÃO O PATRONATO A RECUAR

O Comité de Classe dos Metalúrgicos Comunistas do Distrito do Porto, em entrevista ao «Avante!», aponta a todos os trabalhadores o caminho da unidade, da luta e da solidariedade. Unidos, organizados e vigilantes, os metalúrgicos podem derrotar a poderosa ofensiva do patronato reaccionário, defender as suas conquistas, melhorar as suas condições de vida e dar um poderoso contributo à luta pela democracia e o socialismo

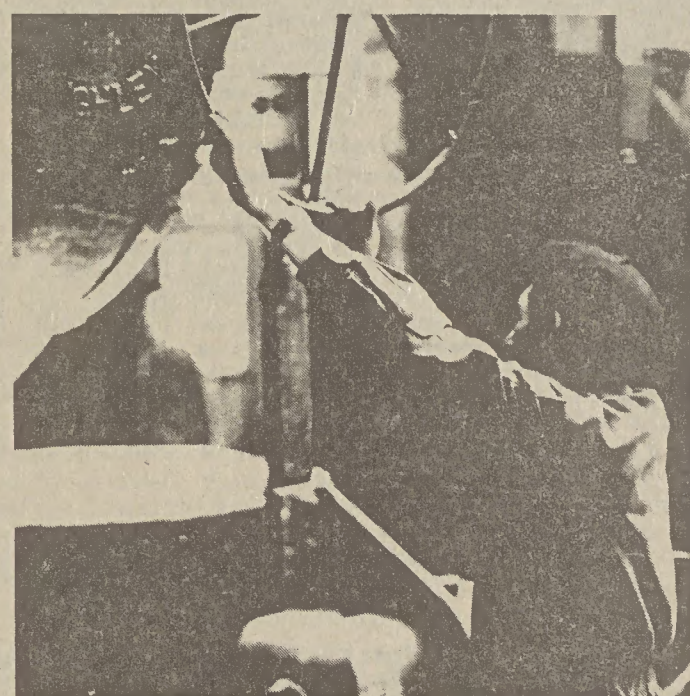
Será conveniente que fique bem frísado que nós, os metalúrgicos comunistas, estamos vivamente interessados em analisar com todos os trabalhadores honestos, nomeadamente com os socialistas, a situação existente e em chegar a uma plataforma de acção comum no sentido de se criar um clima de entendimento, amizade e solidariedade nas empresas para, colectivamente, superarmos as dificuldades e derrotarmos a grande ofensiva do patronato contra as conquistas alcançadas — declarou ao «Avante!» o camarada João Moreira, membro do Comité de Classe dos Metalúrgicos do Distrito do Porto do Partido Comunista Português, no decorrer de uma entrevista realizada com membros daquele organismo.

Constituindo um dos mais importantes e combativos destacamentos de vanguarda da classe operária portuguesa, os metalúrgicos travaram e travam importantes batalhas contra a exploração, pela democracia, a liberdade e o socialismo.

Os problemas e dificuldades com que se defrontam cerca de 50 mil metalúrgicos do distrito do Porto são, de algum modo, comuns aos que enfrentam a grande maioria dos restantes trabalhadores portugueses:

e ainda não revogados pelo gabinete do Partido Socialista — caso dos Decreto-Lei 432 e 530 — procurando lançar no desemprego muitos milhares de trabalhadores. Poucas são as empresas onde o patronato não está a tentar aplicar o Decreto-Lei 530/76. Entretanto, os trabalhadores estão a desenvolver uma grande luta no sentido de travar o passo à ofensiva do patronato e garantir os seus postos de trabalho.

O camarada Armando Nogueira prosseguiu as suas declarações denunciando o não pagamento, em algumas empresas, do subsídio de férias: Houve uma nítida tentativa do patronato sabotar o pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores. Entretanto, os capitalistas estão a ter a cobertura do Governo no que respeita ao 13.º mês com o pagamento em títulos do tesouro. Nós pensamos que os trabalhadores não se governam com títulos, com papéis ou com valores declarados do Estado. Porque sentimos os seus problemas muito de perto, sabemos perfeitamente que muitos trabalhadores estão à espera do subsídio de Natal para satisfazer compromissos assumidos anteriormente. Os



trabalhadores, bem como outros quadros da empresa e do grupo «Salvador Caetano».

Como se isto não bastasse — prosseguiu o nosso camarada — o patronato ameaça com despedimentos colectivos, através da aplicação do Decreto-Lei 530/76. No entanto, os trabalhadores têm conseguido suplantir algumas dessas ameaças, reforçando a sua unidade e organização, no sentido de derrotarem as manobras do patronato reaccionário que pretende criar dificuldades a muitas centenas de famílias. Até ao momento, temos conseguido travar a desenfreada ofensiva do patronato.

Segundo acrescentou outro membro do Comité, o camarada Fernando Martinho, o patronato está a tentar desesperadamente desvincular-se das negociações do CCT do sector metalúrgico. Existe um CCT elaborado pela CIP que teria sido, ou já foi, entregue ao Governo contendo tabelas salariais e regalias sociais à maneira «deles».

CONTRA O CAPITAL UNIDADE E CONTROLO OPERÁRIO

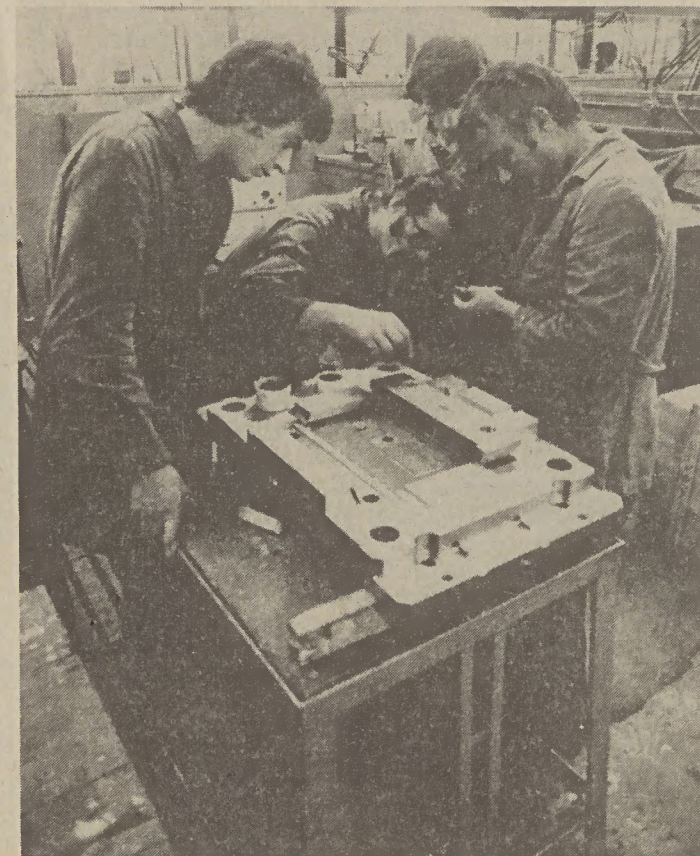
Os trabalhadores comunistas e as suas organizações não se têm poupado a esforços e sacrifícios para desenvolver a luta da classe operária contra a recuperação capitalista, a sabotagem económica e pela defesa e consolidação das conquistas alcançadas nos últimos 30 meses.

Para superarmos a crise do sector — afirmou Armando Nogueira — o Comité considera importante reforçar a unidade dos trabalhadores conseguiram já melhorar a situação económica das empresas e garantir os seus postos de trabalho.

Num documento recentemente publicado pelo Comité dos Metalúrgicos Comunistas, considerava-se essencial, para que o controlo operário se estruture e comece a atingir os seus objectivos, que a unidade dos trabalhadores a nível de empresa se reforce e que a sua organização democrática se baseie no trabalho colectivo. Aliás a experiência de muitos milhares de metalúrgicos confirma a justeza desta posição. Naquelas empresas onde os trabalhadores não se deixam dividir, são garantidos e firmemente defendidos os direitos e regalias sociais conquistadas.

Dividir para reinar foi e continua a ser uma preocupação fundamental do patronato e daqueles que, conscientes ou inconscientemente, lhe fazem o jogo. Seja através das mentiras e das calúnias, seja desenvolvendo uma activa campanha anticomunista, o patronato e as suas organizações visam liquidar as conquistas dos trabalhadores para intensificar a exploração, aumentar os lucros e fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise provocada pela sabotagem económica dos exploradores.

Estes projectos podem, no entanto, ser derrotados. Na unidade e acção organizada dos trabalhadores, o patronato encontra uma firme barreira que cortará o passo às suas manobras.



a ofensiva do patronato que tem contado com a cumplicidade, a passividade e, quantas vezes, o apoio do Governo do Partido Socialista. Por isso, esta entrevista com dirigentes do organismo dos metalúrgicos comunistas do Porto.

trabalhadores portugueses vão ser muito prejudicados por esta decisão do governo do Partido Socialista.

VENCER A CRISE NO RAMO AUTOMÓVEL

TRAVAR A OFENSIVA DO PATRONATO E GARANTIR POSTOS DE TRABALHO

Os problemas mais graves do sector — começou por nos referir o camarada Armando Nogueira, membro da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP e responsável do Comité dos Metalúrgicos — são os seguintes: instabilidade e insegurança nos postos de trabalho; falta de cumprimento pelo patronato da portaria dos metalúrgicos; não pagamento dos descontos à Previdência; não liquidação dos prémios dos seguros dos acidentes de trabalho; atrasos em algumas empresas no pagamento do subsídio de férias e dos salários; tentativas de saneamento de trabalhadores progressistas; constante agravamento do custo de vida.

E o camarada Armando Nogueira prosseguiu: Esta situação preocupa-nos bastante. Há, de facto, uma forte tentativa do patronato para se aproveitar dos decretos aprovados nos últimos dias do VI Governo,

Referindo-se às dificuldades que estão a ser sentidas no ramo automóvel, o camarada José Ribeiro, outro elemento do Comité dos Metalúrgicos Comunistas do Porto declarou-nos:

Neste momento, o sector do ramo automóvel está, de uma forma geral, em crise. Há, no entanto, empresas onde essa situação mais se acentua, como são os casos da «JJ Gonçalves», do «Alfredo Caetano», do Grupo «Eminco» e do «Salvador Caetano». Além disso, mais de uma centena de trabalhadores da empresa de reparações «Palhinhas» estão a sentir muitas dificuldades.

Procurando resolver a crise à custa dos trabalhadores, os capitalistas desenvolvem manobras no sentido de liquidar a organização dos trabalhadores. A este propósito, o camarada José Ribeiro referiu o recente afastamento de um director da «Transmotor» — que pertence ao grupo «Salvador Caetano» — como sendo um caso de saneamento político. Segundo denunciou, estão também a ser perseguidos delegados sindicais e os membros mais activos da comissão de

de novo à venda

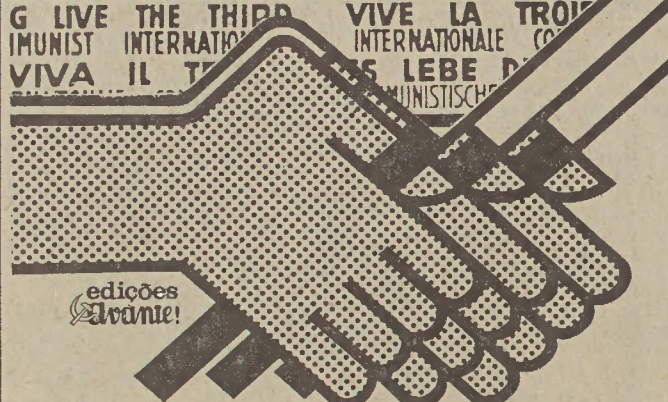
ELEMENTOS
FUNDAMENTAIS
DO COMUNISMO
CIENTÍFICO

CURSO
BASICO
DO
COMUNISMO
CIENTIFICO



Esta importante obra de formação teórica e de esclarecimento político, destina-se a todos quantos estão empenhados na luta pelo socialismo em Portugal.

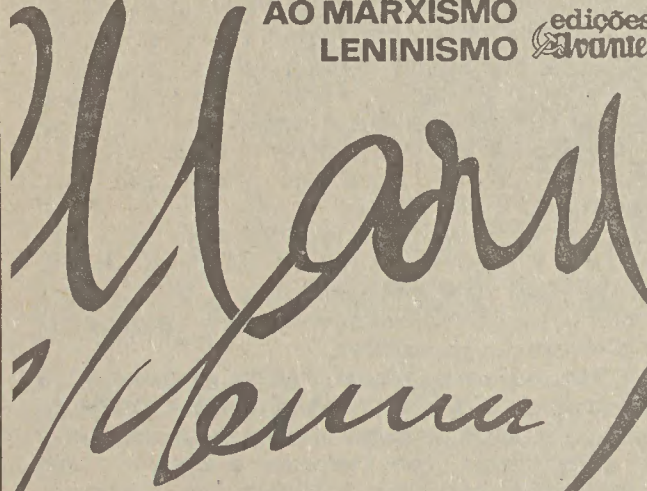
A INTERNACIONAL COMUNISTA



Problemas Políticos do Movimento
Comunista e Operário Internacional

de novo à venda

CADERNOS DE INICIAÇÃO
AO MARXISMO
LENINISMO



PERGUNTAS
E
RESPOSTAS

PRIMEIRO COMÍCIO DA FRENTE «POVO UNIDO»

Eleições para as autarquias locais — possibilidade de o povo unido reforçar a democracia e defender a resolução dos problemas que dizem directamente respeito às populações. Para isso impõe-se a unidade, firme e coesa, única forma de vencer a reacção

Mais do que nunca é importante concretizar a unidade de todos os trabalhadores, de todo o Povo português. A palavra de ordem «O Povo unido jamais será vencido» terá de ser levado à prática todos os dias, em todas as circunstâncias, pois só deste modo se pode erguer uma barreira indestrutível às investidas da reacção que, não tenhamos dúvidas, não desarma.

No Chile, onde a palavra de ordem nasceu e foi proferida por centenas de milhares de pessoas, a repressão mais brutal depois do inferno nazi veio pôr termo a todas as esperanças de um povo. Isto porque apesar de se falar muito na unidade do povo houve sempre quem a tivesse sacrificado na mira de interesses aventureiristas e que na prática serviam objectivamente os interesses da reacção e do imperialismo norte-americano.

Como sucede, aliás, em Portugal, onde as manobras

divisionistas se multiplicam no intuito descarado de fazer perder todas as conquistas alcançadas pela luta dos trabalhadores durante estes últimos dois anos e meio, muito embora os grupos que as promovem não se cansem de utilizar uma linguagem revolucionária e que alguns casos confundem os trabalhadores. Neste campo, a direita reacçãoária, inteligente, apoia declaradamente tudo o que possa dividir e comprometer a luta dos trabalhadores. Por seu turno, os grupos esquerdistas perderam definitivamente o pudor e não desdenham já o apoio que essa mesma direita reacçãoária — que finge atacar — lhes possa proporcionar.

Mas uma nova fase — e uma fase importante, diga-se — da instauração do regime democrático em Portugal se vai processar. Mais do que nunca todos os esforços para concretizar a unidade são imprescindíveis, única forma

de se recuperarem atrasos e dar mais um passo na consolidação de um Portugal socialista e democrático como o definiu a maioria do eleitorado.

Ceder face à divisão, que uma pseudo-esquerda continua a propugnar e que encontra eco nos jornais da direita, é abrir mais uma brecha que só beneficia os intuitos do CDS e do PPD, sempre à espreita de recuperar para o grande capital monopolista a exploração das classes trabalhadoras.

O POVO UNIDO PODE VENCER

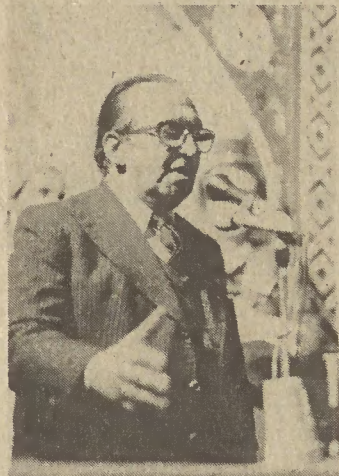
As eleições para as autarquias locais, que decorrerão em 12 de Dezembro próximo, constituem um facto extremamente importante na vida das populações, na medida em que dizem respeito à escolha dos órgãos do poder

local — câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia — que mais directamente estão em contacto com grande parte dos problemas das populações.

Das pessoas escolhidas para desempenharem essas funções dependerá muito a resolução, ou não, dos problemas que em todos os locais deste país atormentam as populações. Todos nos recordamos das câmaras municipais e das juntas de freguesia da época fascista que apenas serviam para passarem certidões, ignorando tudo o que dizia respeito aos interesses e ao bem-estar da população.

Por toda a parte os exemplos estão bem vivos: a luz eléctrica que nunca existiu, muitas vezes em aldeias a poucos quilómetros das barragens; a água canalizada que nunca correu nos canos apesar de, em muitos casos, a população se ter quozotizado para a construção da obra e constatar, depois, que o seu

dinheiro desapareceu nas algebras de administrações corruptas; ou então o projecto de construção que era indeferido para beneficiar os interesses de uma grande



A destacada figura de antifascista que é o professor Rui Luís Gomes presidiu ao comício

empresa de construção civil que, por subornar os responsáveis dos municípios, podia fazer as maiores falcatruas impunemente e os seus administradores eram ainda agraciados com comendas ou condecorações de vária ordem.

Este era o panorama em todos os órgãos do poder local durante o regime fascista; a câmara municipal ou a junta de freguesia honestas eram a excepção que confirmavam a regra da desonestidade.

Para que não volte a repetir-se tal situação é importante a participação e a unidade de todos os trabalhadores, de todo o Povo português, perante as próximas eleições para as autarquias locais, porque o povo unido pode vencer, porque o povo unido deve vencer.

O PRIMEIRO COMÍCIO

Dando a conhecer ao povo português a proclamação da Frente Eleitoral Povo Unido, realizou-se na passada sexta-feira, no Campo Pequeno, um comício onde estiveram presentes elementos da Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral.

O professor Rui Luís Gomes, que presidiu, era acompanhado na tribuna por Dina Bastos, Velga de Oliveira, Anselmo Aníbal, Georgette Ferreira, do CC do PCP, José Manuel Tengarrinha, do MDP/CDE, Helena Cidade Moura, Romeu Correia e Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Falando aos presentes que enchiam o recinto, o professor Rui Luís Gomes, num breve improviso, declarou a sua satisfação por ali estar manifestando de seguida o desejo de que a Frente Eleitoral permita alargar a unidade de todos os portugueses, de molde a «manter as conquistas, desde a descolonização — que se desdobra já em novas lutas na África Austral — e até à Reforma Agrária».

Em seguida, Dina Bastos leu a proclamação da Frente Eleitoral Povo Unido, que transcrevemos noutro local.

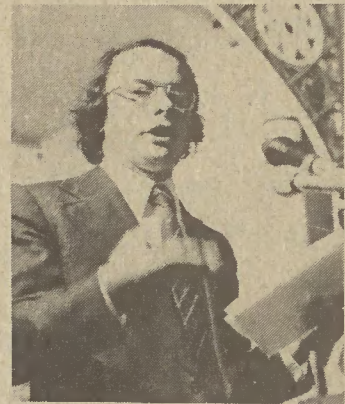
O CACIQUISMO DEVE ACABAR

Salientando a importância das autarquias locais, Anselmo Aníbal, elemento independente que integra

a Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, começou por afirmar:

«Todos nós sabemos como há deficiências de diversas ordens: esgotos, escolas, hospitais e como tudo isso se reflecte nas regiões. O Estado preferiu intervir ao lado das grandes empresas, fazer investimentos que as servissem, fazer guerras, deseducar.

«As autarquias reduziram-se, assim, à expressão de pobreza que as caracteriza na enorme maioria. Têm, em muitos lados, responsabilidades directas e deviam responder a muita coisa; em regra, têm



Anselmo Aníbal, uma das personalidades independentes que fazem parte da Comissão Coordenadora da Frente, ao usar da palavra durante o comício

fracos recursos técnicos e humanos.

«As autarquias não podem voltar a ser, como alguns querem, o lugar privilegiado de troca de favores, a soldo do caciquismo. O caciquismo deve acabar».

Mais adiante e depois de referir que após o 25 de Abril «foram patentes, em muitos concelhos e freguesias do País, as formas estruturais que a movimentação das populações conseguiu criar: foram dinamizados os órgãos de poder dos concelhos e freguesias, substituídas as administrações anteriores, criadas Comissões de Moradores em muitas freguesias e lugares», Anselmo Aníbal prosseguiu:

«Nunca como então, tantos tiveram tão clara consciência do muito que estava por fazer no sentido de avançar, nunca como então se viu um amplo movimento popular para exercer uma governação correcta e sadia dos órgãos do poder local. A Constituição consagrou este amplo movimento para um exercício mais válido das formas de poder local».

Acrescentando que há que desenvolver todo um conjunto de esforços para que os organismos centrais percebam e entendam o que não devem ser as suas funções, declarou:

«A partir daqui — e particularmente da experiência de tantas comissões administrativas democráticas pós 25 de Abril — é possível dizer que as autarquias locais deverão ser órgãos locais geridos de forma a servir os interesses da maioria da população e não geridos para alguns se servirem».

«ESTAS ELEIÇÕES SÃO DIFERENTES DAS ANTERIORES»

Prosseguindo a sua intervenção, várias vezes interrompida pelos aplausos da assistência, Anselmo Aníbal abordou as próximas

eleições afirmando que elas são diferentes das anteriormente realizadas em Portugal, e explicitou:

«Nestas, não se trata de eleger alguém que, lá longe, vá «governar». Trata-se de eleger alguém que continua perto de nós, com as qualidades que se conhecem publicamente, alguém que vai participar na gestão dos órgãos que estão perto de nós e próximos de cada qual.

«Nestas eleições os homens a eleger não estarão, regra geral, «distanciados» dos eleitores. Não serão homens «públicos» que passam, de «passagem», por cidades, vilas e aldeias a personificar um poder distante e forte. Serão homens que, dia-a-dia, viveram lá e que viveram o dia-a-dia de certa maneira. Isso é importante e decisivo para a diferenciação entre as eleições locais e as eleições gerais».

E ao terminar fez um apelo:

«É importante que as pessoas, que não estão organizadas, venham ao encontro das organizações democráticas e de outros democratas. Em todos os concelhos e freguesias apelamos a que venham, a que se juntem a tantos camaradas e amigos. Apelamos à unidade de todas as forças democráticas e dos democratas progressistas. Apelamos à unidade. Ape l a m o s a o s independentes, aos sem filiação partidária para que se juntem, nos concelhos e freguesias, às listas de unidade que se estão a criar».

COOPERAÇÃO E UNIDADE

O tema da unidade seria abordado a seguir por José Manuel Tengarrinha, que falou



Representando o MDP/CDE, José Manuel Tengarrinha foi um dos oradores do comício

em representação do MDP/CDE e que começou por frisar propor-se a Frente Eleitoral Povo Unido intensificar e ampliar a cooperação entre os democratas de diversas tendências e a unidade das populações em torno dos seus problemas com vista às eleições para os órgãos do poder local.

Sobre este assunto acrescentaria:

«Intensificar e ampliar a cooperação dos democratas e a unidade das populações é indispensável para debater e resolver os graves problemas locais. Não sendo estas eleições gerais, mas locais, é com base nos problemas concretos dos concelhos e das freguesias que se deverão encontrar, por processos democráticos, as

soluções e os homens que melhor sirvam os interesses da colectividade. Esses problemas são muitos e variados, desde os abastecimentos de água e luz, aos meios de comunicação e transportes, às escolas, creches, assistência médica, habitação. São tantos e tão graves em largas regiões do



A proclamação da Frente Eleitoral Povo Unido foi lida por Dina Bastos

País que só poderão ser resolvidos de acordo com os interesses colectivos quando as populações para isso se mobilizarem numa ampla acção unitária. Tudo o que for desunir, dividir as pessoas localmente por motivos ideológicos ou doutrinas de partidos é contra a natureza dos homens que, naturalmente, na vida de todos os dias, se aproximam para resolver em conjunto os problemas comuns; e é, também, contra o carácter deste acto eleitoral que vai eleger os órgãos responsáveis pelos problemas locais, que têm contacto directo e permanente com as populações e junto de quem os cidadãos poderão intervir constantemente, como a parte do aparelho de Estado que lhe está mais próxima; tudo o que for desunir, dividir as pessoas, enfraquecer a capacidade de intervenção eleitoral das forças democráticas só beneficia os partidos da direita».

Depois de apontar que há já indícios concretos que em elevado número de freguesias voltarão a aparecer, como candidatos, homens comprometidos com o passado de corrupção e de opressão e que mostraram servirem-se apenas das populações para satisfação dos seus interesses pessoais, José Manuel Tengarrinha salientou:

«Poderemos avançar muito se formos abertos à cooperação com os nossos aliados potenciais».

«No momento político que atravessamos, é esta uma exigência fundamental de todas as forças verdadeiramente democráticas. É a consciência dessa exigência que marca a distância entre as organizações que se esforçam acima de tudo por defender a democracia e as organizações que sobrepõem a isto os seus interesses próprios, recusando a unidade. (...) Sempre vimos, desde o 25 de Abril, que a situação democrática vacilava ou recuava quando se estreitava a sua base social de apoio; e sempre vimos, aqui como em outras transformações sociais, que a situação democrática se consolidava e avançava quando se alargava a cooperação entre sectores de actividade e camadas da população aliadas na luta contra a opressão e a injustiça».

Depois do camarada Carlos Costa ter falado em nome do Partido Comunista Português, cujo discurso publicamos noutro local, o comício terminou com o Hino Nacional entoado pelos milhares de pessoas presentes no Campo Pequeno.

MORREU UMA CAMARADA

Vítima de acidente de viação, no qual veio igualmente a falecer o seu companheiro, morreu a camarada Francellina da Silva Gomes Ribeiro, de 40 anos de idade, militante que desenvolvia intensa actividade na Célula dos trabalhadores comunistas das Oficinas Gerais de Fardamento do Exército (O.G.F.E.).

Expressando os sentimentos de todos os democratas apresentamos à família enlutada sentidas condulências.

PELA UNIDADE DO POVO VENCEREMOS! VIVA A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO!

Dina Bastos, membro independente da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, leu a proclamação da Frente, que a seguir transcrevemos na íntegra, no decorrer do comício realizado no Campo Pequeno, dando a conhecer os objectivos da luta para as próximas eleições para as autarquias locais.

Correspondendo às largas aspirações e iniciativas de unidade reveladas com impressionante vitalidade em todo o País, tendo em conta as experiências do processo político português e a especificidade dos problemas que aos órgãos do poder local compete resolver, democratas de várias tendências decidiram constituir a **Frente Eleitoral Povo Unido** destinada a intensificar a participação popular na vida nacional, desenvolver uma vasta mobilização colectiva para fazer face aos problemas mais prementes das populações e concorrer com listas unitárias às eleições para os órgãos de poder local.

AS ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS DE PODER LOCAL: UMA GRANDE BATALHA PELA DEMOCRACIA

Os órgãos de poder local que vão ser eleitos em meados do próximo mês de Dezembro desempenharão um papel muito importante na vida das nossas populações. As Assembleias de Freguesia, as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais terão a seu cargo resolver numerosos problemas das zonas onde as pessoas moram e trabalham; constituem, por outro lado, aquela parte do aparelho de Estado que tem contacto mais directo e constante com os cidadãos e onde estes podem intervir permanentemente, de forma individual ou organizada, para fazer valer os seus interesses. Com a formação, por via da vontade popular destes órgãos consagrados na Constituição, avança-se na consolidação e estabilização da sociedade democrática, eliminando-se algumas preocupações actuais de insegurança e instabilidade.

A UNIDADE INDISPENSÁVEL À VITÓRIA

Até ao 25 de Abril de 1974, os órgãos das autarquias locais foram meros mandatários do poder central fascista, limitando-se quase sempre a sua actividade e aspectos burocráticos de administração, certidões, licenças e pouco mais. De futuro, problemas locais tão importantes como o trabalho, a habitação, os transportes e comunicações, a segurança contra malefícios, as escolas, creches e infantários, o apoio à terceira idade, a saúde, o urbanismo e defesa do meio ambiente, problemas que dizem respeito a todos os trabalhadores, pequenos e médios agricultores e reendeiros, pequenos e médios comerciantes, pequenos industriais e artesãos, homens ou mulheres, jovens ou velhos, problemas que se apresentam com muita gravidade em vastas zonas do País, poderão, em boa medida, ser resolvidos pelos órgãos das autarquias locais. Problemas que a todos dizem respeito só poderão ser resolvidos por todos, em comum. E quanto mais larga e forte for a unidade tanto mais possibilidades haverá de encontrar soluções que correspondam aos verdadeiros interesses das populações.

Por isso, nas próximas eleições para os órgãos do poder local é indispensável a apresentação de listas unitárias constituídas por pessoas sérias e prestigiadas, que mereçam a confiança das populações pela sua dedicação aos interesses populares e à democratização e progresso social. Estas listas deverão resultar de consultas e debates tão amplos quanto possível, por forma a que o esforço conjugado na determinação dos problemas e no encontrar das suas soluções prevaleça sobre as divisões e choques que alguns tentarão instilar e agravar entre as populações.

PELA DEMOCRACIA CONTRA OS CACIQUES E A DEMAGOGIA

A unidade assim fortalecida será a melhor maneira de fazer eleger para os órgãos das

autarquias homens e mulheres capazes de defender os interesses das populações e evitar que saiam vencedores destas eleições os caciques e seus fiéis servidores, ligados a um passado próximo, e cuja actuação está ainda na memória de todos. Quem não se lembra ainda da maneira como esses caciques se aproveitaram da sua posição social e dos cargos e lugares que obtinham para uma actuação autoritária e intimidativa das populações, quantas vezes denunciando e lançando para as prisões políticas homens e mulheres em todo o País? Quem não se lembra dos inumeráveis casos de corrupção que praticavam impunemente à sombra de protecção política, fazendo grandes negociações à custa das posições que tinham nas Câmaras e nas Juntas, ou recebendo «luvas» para favorecer alguns, em prejuízo da maioria? Quem não se lembra da maneira como tantos e tantos desses homens colocados em lugares dominantes da administração local, eram pequenos «salazares» feitos à imagem e semelhança do ditador fascista, manifestando completo desprezo pelos interesses das populações?

Na maior parte das freguesias do País, os eleitores terão que escolher entre cidadãos que já deram provas ou merecem a confiança das populações para a defesa dos seus problemas numa via democrática e homens que mais ou menos directamente estiveram comprometidos com a injustiça e a opressão do passado fascista. Perante esta alternativa o povo português não deixará de dar uma resposta clara e firme.

Para além do acto eleitoral a unidade activa dos cidadãos na defesa dos seus interesses concretos é decisiva para assegurar aos órgãos que forem eleitos uma vida verdadeiramente colectiva assente na colaboração das populações, tal como está consagrada na Constituição da República.

Qualquer força democrática que renunciar à unidade, na pretensão de vencer isoladamente as forças antidemocráticas nestas eleições e de realizar sozinha um projecto de administração nas freguesias e concelhos, falhará irremediavelmente.

A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO PARA DESENVOLVER O MOVIMENTO UNITÁRIO POPULAR

A Frente Eleitoral Povo Unido responde a esta exigência que tem vindo a manifestar-se de diversas formas e com larga e vigorosa expressão em todo o País. A Frente Eleitoral Povo Unido é um amplo projecto de cooperação de todos aqueles que queiram reunir esforços para impedir a vitória eleitoral das forças antidemocráticas e para trabalhar em comum pela resolução dos problemas económicos, sociais e políticos das populações, fortalecendo a sociedade democrática.

A Frente Eleitoral Povo Unido — base para uma ampla unidade de que o nosso povo precisa — sendo desde já legalmente constituída pela coligação dos Partidos PCP e MDP/CDE e contando com a participação de democratas de diversas tendências, está aberta à adesão e cooperação de todos os partidos, homens, organizações, grupos, sectores e correntes de opinião democrática.

A Frente apresentará listas de candidatos para as assembleias e câmaras municipais e para assembleias de freguesia. Essas listas deverão resultar de um trabalho de unidade em torno dos problemas concretos locais e integrar os homens e mulheres que mais mereçam a confiança das populações. Para as assembleias de freguesia, a Frente apoiará, onde as houver, listas unitárias promovidas localmente, integradas por homens respeitados e prestigiados.

Para além das organizações que lhe servem de suporte legal e das adesões que venha a receber, a Frente Eleitoral Povo Unido contribuirá poderosamente para desenvolver e fortalecer o amplo movimento unitário popular que será o suporte indispensável da vitória das forças progressistas nas eleições para os órgãos de poder local e terá papel determinante na resolução dos problemas das populações.

PELA UNIDADE DO POVO VENCEREMOS! VIVA A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO!

CT DO BARREIRO INAUGUROU NOVAS INSTALAÇÕES

Ampliando as suas instalações, o Centro de Trabalho do Barreiro do PCP inaugurou no passado dia 5 uma sala de convívio, tomando assim mais ampla a participação da população do Barreiro na vida do Centro.

Depois de um camarada da Comissão Concelhia ter feito o elogio dos camaradas que mais contribuíram para a construção da sala e que com o seu trabalho e o seu esforço conseguiram tornar numa realidade o desejo que há muito se vinha manifestando, usou da palavra o camarada Hélder Madeira, ex-governador civil do distrito de Setúbal, que afirmou a dada altura:

«Foi escolhido o 5 de Outubro como data histórica para inaugurar esta sala. Mas históricos são todos os dias que os comunistas constroem



Um aspecto da Inauguração das novas instalações do CT do Barreiro

ou reconstruam alguma coisa visando sempre as melhorias das condições de trabalho ou bem-estar do Povo».

No final da cerimónia

inaugural, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, exaltou o trabalho dos comunistas do Barreiro na construção da sala.



UNIR O POVO PARA A VITÓRIA

Representando o Partido Comunista Português, o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, deu a conhecer o empenhamento e a defesa da unidade que o PCP propugna para as próximas eleições para as autarquias locais, no discurso que leu para os milhares de pessoas presentes no comício da Frente Eleitoral Povo Unido e que a seguir transcrevemos

Queridos amigos, companheiros e camaradas:
Designou-me o Comité Central do meu Partido (o PCP) para, em sua representação, falar neste primeiro comício promovido pela Frente.

Desejo, em primeiro lugar, saudar o povo unido presente neste grandioso comício.

Desejo igualmente saudar a Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido e, muito especialmente, o presidente deste comício, professor Rui Luís Gomes.

O caminho da consolidação do Estado democrático rumo ao socialismo, o caminho da construção de um Portugal melhor, mais feliz, livre e independente, passa obrigatoriamente pela unidade dos trabalhadores, da cidade e do campo, das fábricas e dos escritórios, dos transportes e do comércio, das minas e do mar; passa pela unidade dos trabalhadores com os pequenos e médios agricultores e rendeiros, com os pequenos industriais e artesãos; **passa obrigatoriamente pela unidade de todos os democratas e antifascistas, velhos ou novos, homens ou mulheres.**

Os momentos mais significativos da nossa longa história pátria têm sido sempre dominados por essa força irresistível e invencível que é a unidade do Povo — o POVO UNIDO!

Na nossa época, quando a classe operária se transformou na força principal do Povo, a unidade de que tanto falamos é a herdeira directa da unidade do Povo que triunfou em 1383, que se libertou em 1640 da opressão estrangeira, que levou por diante a revolução liberal em 1820, que implantou a República em 1910, aquela unidade do Povo que em Abril de 1974 triunfou da opressão fascista, marcando o início de um período novo da nossa história.

Mas a unidade, companheiros e amigos não é um simples estado de alma, não é uma qualquer meta a atingir num futuro distante, a unidade de que falamos e por que lutamos é a **própria acção combativa do Povo Unido.**

Acção do Povo unido, em luta pela resolução dos seus problemas; **acção do Povo unido** em defesa das conquistas da revolução; **acção do Povo unido** contra a reacção e os caciques e contra todos os que pretendem dividi-lo e enganar-lo.

UMA GRANDE BATALHA

Companheiros e amigos:
As eleições para os órgãos das autarquias locais, (para as Assembleias de Freguesia, de Município e para as Câmaras Municipais) são dos mais importantes acontecimentos do ano de 1976.

Com objectivos imediatos delimitados e de âmbito local elas estão de facto destinadas a figurarem como uma grande batalha política — nós não desejamos politizar (e

porém, verdadeiro. Quer pela composição social dos seus militantes, quer pela natureza e número de votos que obteve nas eleições gerais para a Assembleia da República, o PS tem obrigações perante vastas camadas do Povo português que nele confiam.

Por isso a repetida recusa da sua Direcção à participação numa aliança eleitoral que salvaguardasse completamente a unidade do Povo contra a reacção e os caciques é uma atitude cujas consequências poderão vir a prejudicar pesadamente a consolidação do Estado democrático e a resolução dos problemas que afectam o Povo em geral e portanto as populações locais. A Direcção do PS cabem as responsabilidades dessa atitude.

Muitos socialistas e eleitores socialistas pensam como nós. Eles também conhecem os perigos da direita; sabem como nós que boa parte da estrutura caciquista e dos diversos elementos de coacção que serviam a ditadura, estão intactos e hoje devidamente integrados nas estruturas e clientelas dos partidos da direita reacçãoária; sabem como nós, que há muitas regiões onde o 25 de Abril quase não chegou; como nós conhecemos a situação real em milhares de aldeias e vilas onde as pessoas se dividem não tanto por pertencerem a este ou aquele partido mas por serem honestos antifascistas, ou pelo contrário, corruptos, salazaristas e caetanistas; serem homens ou mulheres com uma vida de trabalho nas mais diversas e por vezes penosas condições, ou viverem à custa do trabalho alheio e de riquezas que nem sequer ajudam a produzir.

A FRENTE ELEITORAL ESTÁ EM BOAS MÃOS

Estamos certos de que a vida e a prática política irão pouco a pouco ensinando a todos; irão pouco a pouco e de forma ora lenta ora rápida arrumando os homens e mulheres do Povo, os verdadeiros democratas e antifascistas, nos partidos que verdadeiramente os defendem e os representam; estamos certos de que a vida e a prática política irão pouco a pouco reduzindo os partidos da direita reacçãoária à sua verdadeira dimensão e às suas verdadeiras clientelas políticas, os ricos e privilegiados.

A verdade é que hoje estamos ainda longe dessa situação.

Todos nós sabemos, por exemplo, que nas eleições gerais votaram no CDS e no PPD muitos trabalhadores da cidade e do campo, enganados por propagandas demagógicas e ainda influenciadas pelo anticomunismo, que foi durante 50 anos uma das grandes armas da ditadura fascista e que hoje continua a ser o ingrediente preferido de todas as falsas mezinhas políticas usadas pelos que pretendem dividir o Povo e enganar-lo. Nestas condições os dirigentes políticos, que afirmam simplesmente que o Povo não se deixará enganar e saberá escolher, e nada fazem na prática para ajudar o Povo a manter-se unido e a compreender onde estão os seus amigos e os seus inimigos, esses dirigentes políticos ou mentem ou estão eles próprios enganados e carecidos de esclarecimento.

A história do Partido Comunista Português é também a história da luta pela unidade do Povo contra a opressão e a exploração, é também a história de muitos daqueles que souberam em todas as circunstâncias distinguir tudo o que divide o Povo de tudo aquilo que concorre para o unir.

As nossas vitórias foram sempre as vitórias do Povo e da sua unidade, as vitórias do Povo Unido.

É pois com inteira confiança baseada na rica experiência de dezenas de anos de luta que afirmamos que uma muito ampla unidade do Povo é possível e que só a acção do Povo unido pode resolver e resolverá os problemas concretos que afligem as populações, defender o Estado democrático rumo ao socialismo e garantir a Portugal um futuro mais feliz, próspero e independente. É com inteira confiança que nos lançamos na tarefa de participarmos na Frente Eleitoral Povo Unido. Em unidade com o MDP/CDE, com os democratas e antifascistas independentes ou sem filiação partidária e com fundadas esperanças na adesão à Frente de outros partidos, movimentos e individualidades que queiram contribuir para a vitória das listas do POVO UNIDO.

A Frente Eleitoral Povo Unido está desde agora em boas mãos, está nas vossas mãos.

Está nas mãos de centenas de Comissões Eleitorais Unitárias já existentes e daquelas que rapidamente se formaram em todo o País, está nas mãos de todos aqueles que participam activamente nas Assembleias e Comissões de Moradores, nas colectividades populares, nas Comissões de Aldeia; está nas mãos de todos aqueles que, independentemente de quaisquer outras diferenças, se empenham em unir e organizar as massas populares em volta dos seus problemas concretos, se empenham em organizar listas com homens e mulheres mais capazes e honestos para concorrer às eleições para as Assembleias de Freguesia, de Município e para as Câmaras Municipais.

Os órgãos centrais da Frente Eleitoral Povo Unido, a sua Comissão Nacional e a sua Comissão Coordenadora tudo farão para ajudar a desenvolver e a frutificar o vosso trabalho.

Ajudando a esclarecer as determinações da Lei Eleitoral, ajudando a elaborar programas que respondam aos anseios concretos das populações, promovendo a apresentação de listas de unidade com o cumprimento das formalidades legais, apoiando e dinamizando todos os esforços de unidade para garantir a presença de listas populares em todos os círculos eleitorais, a Frente Eleitoral Povo Unido cumprirá o seu único programa: Unir o Povo para uma vitória das listas populares nas próximas eleições das autarquias locais.

PELA UNIDADE VENCEREMOS!
VIVA A UNIDADE DAS AMPLAS MASSAS POPULARES!
VIVA A UNIDADE DO POVO UNIDO!
VIVA A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO!



O camarada Carlos Costa no uso da palavra durante o recente comício da Frente Eleitoral Povo Unido

muito menos partidizar) estas eleições — mas onde os verdadeiros contendores são, por um lado, os partidos da direita e dos caciques, apostados na vitória da recuperação reacçãoária e, por outro lado, os partidos do povo e da revolução, empenhados em defender as suas conquistas e em garantir, através da eleição de homens e mulheres honestos para os órgãos de poder local, novas e melhores condições para lutar pela resolução dos problemas que afligem a maioria das nossas populações.

A extensão de variedades das situações locais, o número extraordinariamente elevado de candidatos a propor para a eleição (mais ou menos 90 000), as consequências nefastas e o obscurantismo resultantes de 50 anos de opressão fascista, tornam desde logo muito difícil a batalha que vamos travar. Mas difícil não quer dizer impossível. A vitória é difícil mas é nossa...

Nestas condições, havendo que apresentar listas de candidatos para as assembleias de cerca de 4000 freguesias, para as assembleias de cerca de 300 concelhos e igual número de câmaras municipais, só a cegueira política, um grande sectarismo e um grande irrealismo na análise, podem justificar a concorrência isolada de qualquer partido democrático que esteja verdadeiramente empenhado no triunfo de listas populares e na derrota das listas dos partidos da direita reacçãoária.

A Direcção do PS tem afirmado repetidas vezes que não entrará em listas de coligação e proclama a sua intenção de concorrer sozinha e de fazer destas eleições um teste de confirmação do seu Governo minoritário.

Se o PS fosse um partido da direita reacçãoária nós não nos preocuparíamos com tal atitude. Tal facto não é,

O 6.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

A Intersindical Nacional celebrou no passado dia 1 o seu 6.º aniversário —seis anos de luta inscritos na história do movimento sindical português

Diversas jornadas, nomeadamente comícios sindicais, colóquios, plenários em empresas, iniciativas desportivas e sessões culturais, assinalaram por todo o país o 6.º aniversário da fundação da Intersindical Nacional. As comemorações, promovidas sob o lema da descentralização, mobilizaram milhares de trabalhadores, tendo-se realizado no Porto um grande comício-festa que registou a presença de elevado número de representantes dos sindicatos. Em Lisboa decorreram várias manifestações desportivas e plenários sindicais nas empresas «Petrogal», «J. Pimenta», «Pardal Monteiro», e «Fábrica de Louça de Sacavém». Jornada de luta e de unidade, o 6.º aniversário da Central Única dos Trabalhadores Portugueses demonstrou uma vez mais que a história da Intersindical está intimamente ligada ao combate travado pela classe operária e pelos trabalhadores do nosso país, demonstrou que a Intersindical continuará a desenvolver todos os esforços para superar as divergências existentes, combaterá as posições sectárias e outras contrárias aos interesses das massas trabalhadoras, continuará a luta pela melhoria das condições de vida de todo o povo trabalhador, lutará pela defesa intransigente das conquistas consagradas na Constituição.

A Intersindical Nacional foi constituída em 1 de Outubro de 1970, resultado da longa luta travada pelo movimento sindical contra a tirania fascista. Foi a necessidade urgente de fortalecer a unidade entre os trabalhadores, para melhor defender os seus interesses de classe, que conduziu ao aparecimento da Central Sindical.

O combate travado pelos trabalhadores nos sindicatos em 1945/1948 e nos anos posteriores, e depois no período de 69 definiu um avanço considerável na conquista de importantes regalias e no afastamento de elementos fascistas dos sindicatos. Em 1969, porém, a luta agudiza-se. Os trabalhadores conseguem eleger e manter nos corpos directivos dos sindicatos pessoas da sua confiança. A organização sindical reforça a sua posição como instrumento de luta. Na década de 60 já se haviam registado diversas greves de mineiros, pescadores e trabalhadores da indústria. Os assalariados rurais do Ribatejo e do Alentejo conquistavam entretanto o direito às 8 horas diárias. Os trabalhadores da Carris e da Cintura Industrial avançavam também com lutas organizadas.

Foi, pois, o aprofundamento e desenvolvimento da luta geral encetada pelos trabalhadores portugueses ao longo de meio século de fascismo que levou à criação da Intersindical, a qual iria nascer de uma reunião convocada para 1 de Outubro de 1970, onde estiveram presentes as direcções dos sindicatos dos Bancários, Metalúrgicos, da Propaganda Médica e dos Lanifícios. Iniciava-se uma nova fase da história do movimento sindical português.

Após o 25 de Abril de 1974, a Intersindical Nacional surge na primeira linha da luta pela defesa e consolidação das conquistas democráticas, pelo desenvolvimento do processo revolucionário, pela consagração na lei do princípio da unidade sindical — grande aspiração dos trabalhadores portugueses.

SESSÃO EM COIMBRA

Diversas realizações assinalaram por todo o país os seis

HOMENAGEM POPULAR A HELDER MADEIRA

Por iniciativa das massas populares realizou-se no passado fim-de-semana, no Barreiro, uma singela homenagem ao nosso camarada Helder Madeira, que desempenhou, até há pouco, as funções de governador civil do distrito de Setúbal.

Afastado do cargo que ocupava, como aliás a maioria dos restantes governadores civis, por decisão do governo minoritário de Mário Soares, o nosso camarada ficou, contudo, profundamente ligado à população que sempre encontrou nele o defensor intransigente dos interesses do Povo trabalhador do distrito, independentemente das ideologias e credos de cada um.

Mais que uma festa de homenagem procurou-se, por aquele meio, manifestar o descontentamento pela atitude do governo, ao afastar Helder Madeira do seu cargo sem que fosse sequer ouvida a opinião popular.

Descontentamento este claramente expresso na intervenção do presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Almada, em nome da RIC — Reunião Inter-Câmaras — de Setúbal, que não hesitou em afirmar que as populações, as autarquias e os seus gestores

anos da Inter. Na sessão promovida em Coimbra, no salão do INATEL, um dos oradores, Carlos Dias, salientou: No preâmbulo dos estatutos da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — pode ler-se: a Intersindical Nacio-

FELICITAÇÕES

Na passagem do seu 6.º aniversário, a Intersindical Nacional recebeu do estrangeiro diversas mensagens de solidariedade e apoio militante, enviadas por centrais sindicais de outros países, em representação de milhares e milhares de trabalhadores.

No telegrama de saudações enviado pela Federação Sindical Mundial (FSM) salienta-se que «a criação há seis anos da Intersindical marca uma das mais importantes datas na luta pelos interesses e aspirações dos trabalhadores portugueses».

«Nascida em condições difíceis de repressão fascista», prossegue a mensagem, «a Intersindical conseguiu dotar a classe trabalhadora portuguesa de um instrumento de combate dos mais eficazes para levar a bom termo a acção para as reivindicações, contra a ditadura e pelas liberdades. Possui, por conseguinte, um papel capital no desenvolvimento do processo democrático iniciado em 25 de Abril de 1974 com o derrube do regime fascista».

O Secretariado da Intersindical recebeu também, entre muitos outros, felicitações da Central de Trabalhadores de Cuba, na qual se lembra que a Inter «conta nas suas fileiras com um proletariado unido, aguerido, sempre pronto a defender os seus interesses e direitos».

E mais adiante: «Os trabalhadores cubanos, os seus sindicatos, os seus companheiros da Intersindical portuguesa saudam a organização irmã, todos os trabalhadores e sindicatos que a integram», formulando «novos êxitos no duro combate social a que os obriga o nefasto capitalismo, seguros de que saberão conduzir o proletariado português a caminho duma sociedade sem classes, livre de exploradores, plena de bem-estar para todo o povo».

nal, constituída em Outubro de 1970, surge pela necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe. Esta passagem do preâmbulo dos estatutos apenas confirma a orientação primeira que presidiu à fundação da Inter nos duros tempos do fascismo.

Mais adiante, sublinhou: Em face da recuperação capitalista que, dia a dia, se desenha cada vez mais nitidamente, naturais se tornam esses ataques e calúnias contra a vanguarda organizada dos trabalhadores. Mas, se fácil é para nós entender a origem desses ataques e compreender a defesa assustada de privilégios

postos em perigo pela luta dos trabalhadores, inevitável será para as forças da burguesia e do capital reconhecer que os trabalhadores unidos e organizados não cederão um milímetro no que diz respeito às conquistas que, dura e determinadamente, alcançaram!

Esta jornada incluiu ainda a representação da peça «Arara Miúda», pelo grupo de Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

COMÍCIO-FESTA NO PORTO

Foram seis anos de luta contra a exploração capitalista, pela unidade dos trabalhadores e do movimento sindical português. Mas a luta continua e os nossos inimigos de classe temem um movimento sindical forte e organizado, daí que procuram, através da mentira e da calúnia, lançar a divisão no nosso seio — declarou Armando Silva, membro dos secretariados da União dos Sindicatos do Porto e da Intersindical Nacional, quando saudava muitas

gele Ferreira, membro do Secretariado da Intersindical e presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Depois de ter recordado aspectos da luta por aquele objectivo, nomeadamente, a histórica reunião de 1 de Outubro de 1970 onde foi criada a Inter, Ângelo Ferreira afirmou:

A Intersindical não foi imposta aos trabalhadores por um qualquer decreto, como alguns pretendem. Pelo contrário, todo o passado e acção da Inter são o exemplo de luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo, ontem, e, hoje, pela democracia e o socialismo.

Depois de ter recordado os últimos seis anos de luta contra a opressão e a exploração, Manuel Freitas, membro do Secretariado da Inter e dirigente Sindical dos Têxteis do Porto, acentuou: A unidade e organização dos trabalhadores assustam o capital e as forças que representam a exploração.

A encerrar a série de intervenções, usou da palavra o representante do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, Salgueiros Barros, que começou por recordar:

Os inimigos dos trabalhadores não esquecerão nunca a contribuição da organização sindical no avanço do processo revolucionário, a extensão das conquistas dos trabalhadores, a melhoria das suas condições de vida, devem-se em grande parte à existência de um movimento sindical organizado e forte apoiado nas massas trabalhadoras.

Entretanto, como sublinhou Salgueiro Barros, múltiplas manobras divisionistas pretendem enfraquecer o movimento sindical português. Contudo, os inimigos jurados dos explorados não conseguirão destruir a convicção dos trabalhadores portugueses de que só uma Central Sindical Única os poderá defender eficazmente.

Aquele membro do Secretariado da USP referiu, a propósito do Congresso de todos os sindicatos para a Unidade, que a Inter defende a livre discussão e participação nos trabalhos do Congresso de todos os sindicatos independentemente de estarem ou não filiados, e a aceitação das decisões tomadas em reuniões gerais de sindicatos abertas a todas as associações, como compete, de resto, a uma organização democrática. A finalizar a sua intervenção, Salgueiro Barros disse:

Depende de nós, todos, fazer um Congresso de massas para a unidade que signifique, como significou a Lei da Unidade Sindical, uma nova derrota para os inimigos dos trabalhadores.

No decorrer do comício-festa, que culminou com a actuação de Adriano Correia de Oliveira, Luís Viegas, Trio «Resistência», Artur Borges, Aurora Reis e Fernando Farinha, foi aprovada uma moção, na qual se reclama dos órgãos do poder «medidas firmes para combater o terrorismo e defender as liberdades, nomeadamente a continuação das averiguações, até final, da rede bombista e punição severa de todos os seus responsáveis; medidas firmes para combater o boicote do patronato à negociação e ao cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; a realização de uma política de recuperação da economia que faça pagar a crise ao grande capital, que a provocou, e não aos trabalhadores que, agora, são puras vítimas».

Em Faro, Beja, Portalegre, Santarém, Setúbal, Torres Novas, Vila Franca de Xira, Torres Vedras e Mafra, foi igualmente assinalada a data através de diversas realizações. Em Évora, na Sociedade de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar, realizou-se um colóquio sobre sindicalismo, no qual esteve presente o trabalhador bancário Daniel Cabrita, tendo sido abordados temas relacionados com a luta pela unidade no quadro do movimento sindical.

A criação de uma confederação sindical foi sempre o objectivo que os trabalhadores portugueses nunca deixaram de perseguir, pois sabiam ser condição fundamental para o êxito da sua luta a existência de um organismo coordenador que pudesse ultrapassar a divisão corporativa e ampliar as frentes de luta, sublinhou An-

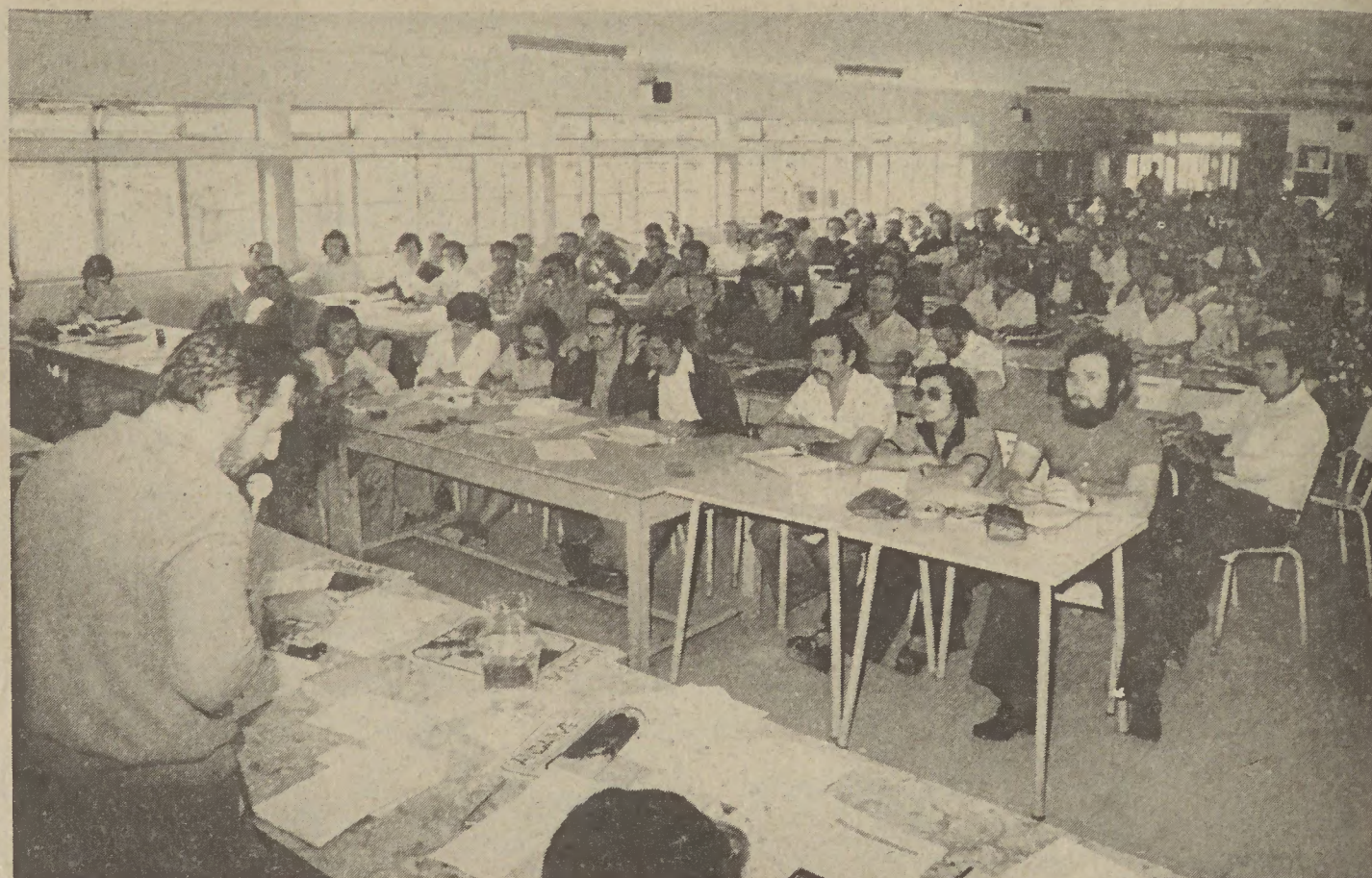
CAMPANHA DE FUNDOS DA UJC

O apelo lançado pela Comissão Nacional de Fundos da União da Juventude Comunista para a campanha dos mil contos continua a encontrar eco em todas as organizações e camaradas.

Pela forma como todas as organizações estão a trabalhar, o dinheiro já recolhido, a criação de organismos específicos virados para esta tarefa é já

uma certeza de que a concretização final da campanha está assegurada.

A quantia que se alcançou desde o início da campanha soma já 198.794\$10 e todos os donativos poderão ser enviados para a conta n.º 210/4035 do Banco Nacional Ultramarino — Avenida Fontes Pereira de Melo.



Mais de duzentos delegados de numerosas empresas da Cintura Industrial de Lisboa participaram activamente nos trabalhos realizados no passado domingo

«REFORCEMOS A NOSSA UNIDADE NO COMBATE AO PLURALISMO SINDICAL»

220 delegados de 130 empresas da Cintura Industrial de Lisboa, reunidos em plenário no passado sábado, apelaram para a unidade e organização dos trabalhadores face à agressividade das manobras do patronato reaccionário

As tentativas de recuperação capitalista e as diversas formas de que se revestem foram analisadas no passado sábado no decorrer de um plenário das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que reuniu nas instalações da «Cometna» mais de 220 delegados.

O momento é de luta, vigilância e unidade — concluíram os 220 delegados numa das conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação. Os delegados dos trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa referiram-se particularmente à inconstitucionalidade da legislação apresentada pelo Ministro do Trabalho ao Conselho de Ministros, a qual, no dizer de um dos oradores, se integra na frente constituida por vários ministérios favorecendo a recuperação capitalista.

Denunciando que a ofensiva do patronato reaccionário tem encontrado, em muitos aspectos, o estímulo e apoio do Governo, os delegados das comissões de trabalhadores da CIL afirmaram que essa ofensiva só pode ser enfrentada com êxito de modo unitário e organizado, não podendo os trabalhadores permanecer na defensiva.

O Secretariado da CIL ficou mandatado para estabelecer

contactos com os órgãos do Poder, com as comissões parlamentares do PCP e do PS, a fim de os alertar contra as tentativas em curso e requerer as medidas adequadas.

Foi aprovada, neste sentido, uma moção contra a legislação aprovada em Conselho de Ministros a qual, permitindo os despedimentos imediatos, a suspensão dos contratos colectivos em empresas nacionalizadas ou intervenionadas e a alteração do horário de trabalho, põe em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores.

O plenário repudiou estas medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, denunciou a sua inconstitucionalidade e vai reclamar junto das autoridades constitucionais para que, exercendo o seu poder, impeçam a sua entrada em vigor.

SOLIDARIEDADE COM A «INTENTO»

Um dos casos específicos analisados no decorrer do plenário foi o da «Intento», empresa que produz materiais para a construção civil e que foi objecto de intervenção estatal no passado mês de Novembro. A «Intento» possui uma Comissão de Gestão nomeada

pelo VI Governo Provisório a qual, usando arbitrariamente dos seus poderes, suspendeu os 11 elementos da Comissão de Trabalhadores, determinando a proibição do seu acesso às instalações da empresa e instauração de processo disciplinar.

O pretexto para esta tentativa de desmembramento da organização dos trabalhadores foi uma reunião que a Comissão de Trabalhadores realizou no seguimento do pedido da Comissão de Gestão sobre a opinião dos trabalhadores quanto à desintervenção do Estado.

No final do plenário foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da «Intento» na qual se exige a reintegração e recondução imediata dos elementos da CT, com a abolição de qualquer sanção disciplinar.

Depois de terem sido igualmente analisados os casos da «Sanimar», da «Livraria Bertrand» e do «JJ Gonçalves» — que, juntamente com a «Intento» — são dos mais flagrantes casos em que as manobras patronais se revelam com mais agressividade, os representantes das 130 grandes empresas da região de Lisboa decidiram que, no caso da suspensão se

manter, o secretariado da CIL, acompanhado do movimento sindical, crie as condições necessárias para a realização de uma grande concentração na zona da «Intento».

O CONGRESSO E AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS

O plenário debruçou-se ainda sobre a organização do Congresso de Todos os Sindicatos e pronunciou-se acerca da posição das Comissões de Trabalhadores face às eleições para as autarquias locais.

A moção aprovada sobre a organização do Congresso Sindical apela à participação de todos os trabalhadores na sua realização.

Quanto às eleições, os representantes dos trabalhadores das 130 empresas da CIL consideraram que elas têm que constituir uma vitória popular no combate ao caciquismo e pela defesa da Constituição. Apela, para tal, que as divergências sejam superadas e se constitua uma ampla frente que vise, além dos interesses partidários, os interesses do nosso povo e as suas necessidades prementes.

O MOMENTO É DE LUTA, VIGILÂNCIA E UNIDADE

Apelo da Intersindical Nacional face às recentes medidas aprovadas pelo governo do Partido Socialista, contrárias aos interesses das massas trabalhadoras e altamente lesivas do movimento sindical

A decisão inconstitucional do Conselho de Ministros de revogar parte da legislação sindical, contra a vontade manifestada pelos trabalhadores, cria condições objectivas para a instauração do pluralismo sindical no nosso País e torna-o responsável por todas as consequências que daí advierem — salienta-se num comunicado emitido pelo Secretariado da Intersindical Nacional, a propósito das recentes decisões do governo do Partido Socialista referentes a matéria sindical.

O governo assume a grave responsabilidade histórica, perante os trabalhadores que diz defender — acentua o comunicado — de permitir ao patronato e às forças interessadas na divisão dos trabalhadores, a criação dos seus «sindicatos», «uniões», «federações» e «confederações».

E, mais adiante, o comunicado do Secretariado da Intersindical Nacional acrescenta: A coroar a orientada e demagógica campanha caluniosa contra a Intersindical, o Governo «abre o seu jogo» ficando reveladas as suas verdadeiras intenções: substituir-se aos trabalhadores em decisões

que só a eles competem, violar a autonomia e independência do movimento sindical, praticar uma ingerência partidária a partir do poder do Estado e permitir a instauração do pluralismo sindical que a Constituição expressamente rejeita.

Salientando que os trabalhadores e o movimento sindical já há muito rejeitaram o pluralismo, a Intersindical acentua que estas decisões vêm na sequência da promulgação de outras leis antioperárias e acusa o Governo de, em ambos os casos, não só não ter consultado os trabalhadores como pretende impor ao Congresso dos Sindicatos decisões que só a este competem.

E — prossegue o comunicado — sem lhe ter sido concedida autorização legislativa pela Assembleia da República, o Governo legisla com matéria da competência reservada daquela Assembleia, desrespeitando frontalmente a Constituição da República e a legalidade democrática de que se arroga defensor.

Depois de alertar os trabalhadores para não se deixarem confundir pelos anúncios da revogação do

Decreto-Lei 215-A/75 — já que ele perdeu o seu efeito útil com a aprovação em Congresso dos estatutos da Intersindical Nacional — o comunicado salienta que a existência da central sindical única dos trabalhadores portugueses nem mesmo legalmente pode ser posta em causa apesar do muito que os seus inimigos de classe têm feito e continuarão a fazer.

O Secretariado da Intersindical Nacional, consciente da gravidade da situação, apela aos trabalhadores, às associações sindicais, para que, por todas as formas, manifestem o seu repúdio, combatam todas as tentativas de criação de estruturas paralelas e se unam firmemente para defender o movimento sindical unitário exigindo aos órgãos do Poder que não permitam a entrada em vigor das decisões inconstitucionais tomadas pelo Governo — refere ainda o comunicado da Inter que, a finalizar afirma:

A defesa intransigente da democracia, autonomia e independência do movimento sindical reforçam a necessidade, sempre apontada pelo

Secretariado da Intersindical, de uma ampla discussão e participação na preparação do próximo Congresso de Todos os Sindicatos.

O Secretariado da Intersindical Nacional emitiu ainda um outro comunicado acerca de uma vasta gama de matérias de interesse para os trabalhadores e que foram objecto de decisões do Conselho de Ministros. Nesse mesmo comunicado, o Secretariado da Intersindical Nacional apela: Há que recorrer aos restantes órgãos de soberania para que obriguem o Governo a respeitar a Constituição! Há que lutar organizadamente para defender as conquistas que o 25 de Abril trouxe aos trabalhadores!

O Secretariado da Inter acusa o facto de muitas das medidas tomadas pelo Governo representarem, sem qualquer dúvida, uma clara intenção de fazer pagar fundamentalmente às classes trabalhadoras e actual crise económica, e constituem ainda uma tentativa de retrocesso, ou mesmo de anulação, das mais importantes conquistas já alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ: 27 ANOS DE SOCIALISMO

O povo da RDA, guiado pela sua vanguarda revolucionária e erguendo bem alto a bandeira de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Ernest Thälmann, Wilhelm Pieck e Walter Ulbricht, é um dos grandes bastiões da causa do Socialismo e do Comunismo

O povo da República Democrática Alemã comemora hoje, dia 7 de Outubro, o 27.º aniversário da fundação da sua pátria socialista. Apesar da terrível herança deixada pelo fascismo e a guerra, apesar da guerra fria feita, durante muitos anos, com especial agudeza contra a República Democrática Alemã, a RDA é hoje um grande país

socialista, com uma indústria e uma agricultura poderosas com um moderno sistema educacional, com um elevado nível cultural e artístico. É um país indissociavelmente ligado à União Soviética e aos outros países da comunidade socialista, membro de pleno direito da ONU, mantendo relações diplomáticas com 121 países.

Em cada um destes 27 anos, as massas trabalhadoras contribuíram com os meios de produção que lhes pertence para o progresso do seu país, e em observância da democracia socialista, tornaram realidade a directiva: «Planifica, trabalha, governa — também tu».

Assim se explica que as resoluções do IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, o maior e mais influente partido da RDA, tenham sido acolhidas com grande entusiasmo pela população, fornecendo-lhe muitos estímulos para o desenvolvimento da sociedade socialista nos próximos cinco anos e posteriormente.

O desenvolvimento da economia da RDA foi bem sucedido nos últimos cinco anos. As crises monetárias, de produção, o desemprego e todas as dificuldades conhecidas pelos países capitalistas são fenómenos desconhecidos na RDA. Os resultados em todos os ramos da economia do povo foram a condição indispensável para uma significativa elevação do nível de vida material e cultural do povo alemão.

Nos próximos anos será resolvido, entre outros, o problema da habitação de tal forma que não só cada família terá um lar, mas um lar no qual lhe dará prazer viver.

AS REALIDADES DOS NÚMEROS

Os números que seguidamente fornecemos mostram bem a superioridade do socialismo sobre o capitalismo e explicam a vitalidade e pujança da República Democrática Alemã, ao fim de 27 anos de socialismo.

O produto nacional bruto, que atingiu 108,3 bilhões de marcos em 1970, cresceu 30,1 por cento até 1975, ascendendo a 141 bilhões de marcos. No plano quinquenal que agora terminou, a RDA produziu mais de 145,5 bilhões de marcos de rendimento nacional do que no período compreendido entre 1966 e 1970.

A produção de bens industriais, que constituiu 172 bilhões de marcos em 1970, atingiu em 1975 um volume de 235,4 bilhões de marcos. Foram produzidos durante o último plano quinquenal mais 277 bilhões de marcos de mercadoria do que no anterior período de 1966 a 1970. O acréscimo na indústria deve-se, em 86 por cento, ao aumento da produtividade.

O resultado da produção agrícola, entre 1971 e 1975, em produtos vegetais e animais, importou em 228,9 milhões de toneladas de unidades de cereais, o que significa mais 22,8 milhões de toneladas de unidades de cereais do que no período compreendido entre 1960 e 1970.

No plano quinquenal passado foram melhoradas as condições habitacionais de 1,8 milhões de cidadãos. Famílias de operários receberam dois terços de todas as casas novas e 11 por cento das mesmas foram entregues a famílias com muitos filhos.

O movimento do comércio a retalho passou de 64,1 bilhões de marcos em 1970 para cerca de 82 bilhões de marcos em 1975. Os preços dos bens de consumo e dos serviços mantêm-se estáveis.

Nos últimos cinco anos foi

possível empregar 10,6 bilhões de marcos em aumentos salariais, sobretudo dos operários. E os jovens casais têm a possibilidade de recorrer a créditos sem juro, dando forma, sem quaisquer preocupações, ao futuro da sua família.

A POLÍTICA EXTERNA

A RDA deu, no passado, uma activa contribuição para a normalização da situação na Europa Central, colaborou construtivamente na elaboração das Conclusões de Helsínquia e desde então defende consequentemente a concretização da globalidade das conclusões.

A República Democrática Alemã é de opinião que não existe qualquer alternativa para a política de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes e defende esta posição em todos os passos políticos na arena internacional bem como no desenvolvimento das relações bilaterais com todos os Estados de regimes sociais diferentes.

A prossecução consequente desta política pela RDA impedirá que as forças revanchistas violem ou ignorem os Acordos firmados para atentarem contra a soberania e a integridade territorial da Alemanha Democrática.

O camarada Erich Honecker, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, declarou, a propósito da assinatura do Apelo da Paz de Estocolmo:

O Apelo de Estocolmo corresponde ao objectivo fundamental da política do nosso Partido e do nosso Estado. É uma importante iniciativa para a mobilização de vastas forças sociais para a luta pelo fim da corrida aos armamentos.

Com efeito nada é hoje mais urgente do que preservar os povos de uma nova guerra mundial. Os homens precisam de paz e segurança como de ar para respirar. O socialismo defende com todo o poder e a sua influência a concretização deste nobre objectivo, que corresponde à sua essência.

Se bem que possamos verificar que o desanuviamento se tornou a tendência principal da evolução internacional, não fechamos os olhos perante o facto de haver também tendências contrárias.

Serão necessários ainda maiores esforços para estabilizar e fazer progredir a mudança positiva da situação internacional.

Somos a favor da concretização de medidas efectivas para limitação dos armamentos e para o desarmamento, com base no princípio de igual segurança não diminuída. Defendemos decididamente que o desanuviamento político seja acompanhado pelo desanuviamento militar. Muitos problemas da Humanidade do presente e do futuro serão de mais fácil e rápida solução se os enormes meios que hoje são investidos em armamento fossem destinados a fins pacíficos.

Que o Apelo de Estocolmo ajude a criar um clima político que impeça irrevogavelmente as forças da agressão e da reacção de usarem a força militar contra a Democracia, o Progresso Social e a Independência Nacional.

REGRESSOU DA URSS UMA DELEGAÇÃO DO CPPC

Uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) visitou de 15 a 22 deste mês a União Soviética, a convite do Comité Soviético para a Segurança Europeia e Cooperação.

No decorrer da visita, foi

sublinhada a solidariedade do povo da URSS para com a luta travada pelo povo português, assim como o sincero desejo de que as massas trabalhadoras do nosso país obtenham "grande êxito no estabelecimento de uma nova vida e na luta pelo fortalecimento das conquistas da Revolução e das reformas sociais e económicas".

Foram igualmente abordados os problemas relacionados com a actividade do movimento pela Segurança e Cooperação Europeias, e com as relações bilaterais entre o CPPC e aquele Comité Soviético.

A delegação portuguesa era composta por Carlos Candal, Rui Grácio, major Moniz Barreto, Lurdes Pessoa e padre Sousa Fernandes.



João Carlos, o menino convidado a visitar a União Soviética em Artel no grupo dos Pioneiros Portugueses. É o segundo a contar da direita na fila superior, mesmo junto da intérprete soviética

A URSS VISTA POR UMA CRIANÇA

De Portugal à União Soviética, um sonho que se tornou realidade vivida por João Carlos, um menino de 14 anos

Na criança que é ainda o João Carlos dos Santos Branco vislumbra-se já a geração nova para a qual o valor máximo é a amizade fraterna, a corrente de solidariedade unindo os povos, a vontade de transformar o mundo para uma infância mais feliz. O João Carlos sabe que essa infância mais feliz existe em países onde o desenvolvimento da sociedade se orienta segundo o princípio de «tudo pelo homem, tudo para o homem». O João Carlos ouvia falar desses países, lia a «Vida Soviética». Tinha 13 anos, andava no 4.º ano de Liceu e animava-o um desejo grande de conhecer o país das crianças felizes.

Como expressão desse desejo, via-se no seu quarto o tracejado da rota desde o nosso país até à URSS, marcada bem a negro, manifestando um sonho que lhe parecia bem difícil de concretizar.

«Como gostava muito da União Soviética, eu resolvi escrever a Leonidas Brejnev — conta-nos o João Carlos. Falei-lhe do meu desejo de conhecer a União Soviética. Disse-lhe que quero estudar

electrónica. Falei-lhe da minha vida como se fala com um amigo. Nunca pensei que acontecesse o que aconteceu. Escrevi porque era um modo de aproximação com um país que me deslumbrava tanto. Depois, um dia, apareceu um senhor da Embaixada. A minha mãe é que atendeu e ficou espantada quando ouviu que eu estava convidado para ir à União Soviética».

Foi em Março que eu escrevi. A 17 de Junho partia para a União Soviética integrado num grupo de Pioneiros portugueses, apesar de eu não o ser (agora queria integrar-me mas já tenho 14 anos). Voltámos a 23 de Agosto. Foi um mês que passou muito depressa. Nunca esquecerei esta experiência maravilhosa.

O João Carlos cala as suas lágrimas, a sua saudade quando partiu da União Soviética. Mas a mãe revela-as. Este é um sintoma de como as crianças são felizes, de como as calúnias da reacção não obscurecem os olhos da infância. Por isso, hoje, o João Carlos é vítima de provocações de adultos às quais responde com a convicção de um «Eu vi. Eu tirei fotografias». Mostra-as perante sujeitos que, no desespero das provas fotográficas, continuam absurdamente a dizer que é mentira, que na URSS ninguém tira fotografias, que as crianças, coladinhos, e os adultos, pobresinhos, não podem andar nas ruas sem passe, e atoadas do género, ridículas e simultaneamente trágicas porque há ainda quem nelas acredite.

Uma vez, em Moscovo, eu resolvi sair às sete horas da manhã do hotel. Deixei um papel a dizer que voltava à hora do almoço. Meti-me no metro, andei por todo

o lado a passear, pelas ruas e jardins. Fiz transbordos no metro, sempre com atenção para não me perder, mas fui a diferentes sítios e longe. Ninguém me disse nada e toda a gente anda normalmente nas ruas...

De Moscovo, o João Carlos foi até diversas cidades da Ucrânia.

A maior parte da estadia do João Carlos foi passada em «ArteK». Mas o que é o «ArteK»? Trata-se de um dos quarenta mil acampamentos da URSS para crianças, com uma área de 320 hectares, situado na Crimeia, no litoral do Mar Negro. O «ArteK», «acampamento de Pioneiros de Lenine», possui parques que ocupam 100 hectares e as praias estendem-se ao longo dos 5 quilómetros e meio. No «ArteK» descansam anualmente 270 mil crianças. Num dos meses de verão, o acampamento é dedicado a acolher jovens de dezenas de países.

A alegria enche os olhos do João Carlos quando, em linguagem simples e franca, nos fala da vida no acampamento:

«Estavam no acampamento crianças de 68 nacionalidades. Portugueses era 16 e 2 monitores. De manhã fazíamos ginástica, íamos à praia, almoçávamos, dormíamos a sesta e voltávamos à praia se o tempo estava quente. Ocupávamos os tempos livres com pinturas, modelagem, jogos, condução de pequenos automóveis, modelação de aviões ou navios jogos de radioelectrónica. Tínhamos também encontros com crianças de outros países. À noite, depois de jantar, íamos sempre a concertos, bailados, filmes, exposições. No acampamento havia um hospital com todo o tipo de

médicos. Aos mais pequeninos, quando vão ao dentista — na União Soviética têm muito cuidado com os dentes das crianças — distraem-nos com bonecos. O carinho que os soviéticos têm para com as crianças, a maneira pura e simples como nos tratavam era impressionante.

Também visitei o Palácio dos Pioneiros em Moscovo. As crianças estão em salas por idades. Todos brincam com os brinquedos em grupo e depois de brincarem arrumam. As crianças podem passar lá grande parte do dia. Fomos a uma sala no Palácio onde têm três vitrinas com objectos de Portugal, com galos de Barcelos, bordados, etc. Havia também cartas escritas por meninos que viveram na clandestinidade.

Um mundo novo se desvendou, durante um mês, perante o João Carlos. Um mundo construído por homens e ao alcance do homem em qualquer ponto da Terra em que, unidos e organizados, os trabalhadores marcharem decididamente contra a exploração. Estamos certos de que João Carlos será um destes trabalhadores. Ele teve já oportunidade de conhecer um país onde são lei as palavras de Lenine: «para a criança tudo o que há de melhor». Ele, o jovem João Carlos, de 14 anos recém-feitos, estudante do 5.º ano do Liceu Nacional de Oeiras, aprendeu já a mensagem do homem novo: Os acampamentos, a vida colectiva é uma forma de nos conhecermos melhor. É muito bom para a saúde. Mas além disso contactamos, criamos relações de amizade. Quando for adulto penso voltar à União Soviética para me especializar em electrónica e talvez encontre alguns amigos que agora lá deixei.

SORTEIOS

O sorteio do quadro «Marx, Engels, Lenine» — organizado pela Célula do PCP da Sociedade de Reparações de Navios, no decorrer da Festa do «Avante!», contemplou o número 836.

O possuidor da rifa premiada deve dirigir-se pessoalmente, ou por escrito, à Secção de Apontadores desta empresa, situada na Rua do Ginjal, n.º 33, em Cacilhas, ou ao Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Almada (Cova da Piedade).

••

O sorteio de um barco de recreio, iniciativa do «stand» dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais do Barreiro da Festa do «Avante!», realiza-se no próximo dia 21.

••

O amigo António Ventura, portador da EP número 384, foi premiado com o quadro sorteado pelo «stand» do conselho de Oeiras durante a Festa do «Avante!».

O contemplado poderá levantar o seu prémio no Centro de Trabalho do PCP na Amadora.

PRESENÇA NA FESTA DE PIAS

Integrado na grande campanha de recolha de fundos para o nosso Partido, os camaradas da Comissão de Freguesia de Pias do PCP organizaram para a festa anual desta vila alentejana, que decorreu recentemente, um posto de vendas com diverso material de divulgação e informação e artigos oferecidos por militantes, simpáticos e outros democratas da região.

INTERNACIONALISMO

Os comunistas da República Federal Alemã ao lado dos comunistas portugueses

Uma das características mais salientes do movimento comunista e operário internacional é a estreita solidariedade e fraternidade que nem os seus diversos destacamentos, independentemente das condições concretas em que se encontrem. Pela sua parte, os comunistas portugueses sabem bem o que significa o internacionalismo proletário. Jamais esqueceremos as ajudas e incentivos que recebemos durante o período da clandestinidade. Depois do 25 de Abril, transformado num grande partido de massas nacional, o PCP não tem esquecido os seus deveres internacionalistas.

Igualmente nos anos de revolução democrática em Portugal, a solidariedade internacionalista para com os comunistas e o povo português têm sido um facto. Um exemplo frisante é-nos dado pelos comunistas da RFA, ao realizarem no seu país, conforme oportunamente noticiámos, uma campanha destinada à reconstrução

dos Centros de Trabalho do PCP destruídos pelo terrorismo fascista.

A propósito desta campanha, o camarada Álvaro Cunhal, em nome do CC do PCP, enviou ao CC do Partido Comunista Alemão a seguinte mensagem, dirigida ao camarada Herbert Mies, presidente do PCA:

No momento em que recebemos a vossa tão preciosa ajuda internacionalista, destinada à reconstrução dos centros de trabalho do nosso Partido destruídos por bandos fascistas contra-revolucionários, queremos expressar-vos, em nome do Comité Central do Partido Comunista Português e de todos os comunistas portugueses, os sentimentos da nossa mais profunda gratidão.

Os ataques terroristas da reacção para destruir o PCP e a jovem democracia portuguesa não alcançaram os seus objectivos. Profundamente ligado

à classe operária e ao povo português e apoiado pelos partidos irmãos e outras forças democráticas, o nosso Partido passou essa difícil prova.

O Partido Comunista Alemão, vanguarda revolucionária da classe operária da RFA, apesar das difíceis condições em que desenvolve a sua actividade, trouxe uma vez mais aos comunistas portugueses a sua solidariedade de combate. A vossa ajuda, além do seu grande valor material, é um importante apoio político para a nossa luta pela consolidação do regime democrático, em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução portuguesa, que abrem caminho ao socialismo.

Ao mesmo tempo que de novo vos agradecemos, queridos camaradas, queremos, pela nossa parte também, com as nossas fraternais saudações, manifestar-vos os maiores êxitos na vossa actividade.

SAUDAÇÃO DO CC DO PCP AO PC DA DINAMARCA

O Comité Central do PCP enviou ao CC do PC da Dinamarca a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses e certos de exprimir os sentimentos da maioria dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as mais calorosas e fraternais saudações ao XXV Congresso do Partido Comunista da Dinamarca e, por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas, à classe operária e ao povo trabalhador da Dinamarca.

Queremos desejar os maiores sucessos aos trabalhos do Congresso bem como à aplicação das suas decisões que serão um contributo para a defesa dos interesses vitais da classe operária e do povo da Dinamarca na sua mobilização para a luta contra o grande capital a fim de impedir que a crise do sistema capitalista seja paga pelos trabalhadores, enfim, na luta pela democracia avançada que criará condições favoráveis para a passagem ao socialismo.

Os comunistas portugueses fiéis aos princípios do internacionalismo proletário manifestam a solidariedade de combate para com a vossa luta. Apreciam o vosso trabalho persistente para unirem todas as forças democráticas e progressistas numa vasta aliança antimonopolistas que abra o caminho a um conjunto de reformas democráticas que satisfaçam os objectivos e as aspirações populares.

Em Portugal o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril de 1974 com o derrube do fascismo tem-se desenvolvido de uma forma irregular, complexa e contraditória saldando-se, todavia, por grandes conquistas que é imperioso defender e consolidar: as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário. Todas estas conquistas estão hoje consignadas na Constituição Portuguesa.

Apesar da encarnizada resistência das forças reacionárias internas e da descarada interferência não só do imperialismo norte-americano mas também de círculos da social-democracia europeia, as conquistas revolucionárias mantêm-se corajosamente defendidas pelo movimento popular de massas em aliança com os militares patriotas. O PCP tem-se batido incansavelmente pela unidade das forças de esquerda, nomeadamente pela unidade entre comunistas e socialistas. Apesar da direcção do Partido Socialista persistir numa política anticomunista e direitista, o PCP tudo continuará a fazer para que socialistas e comunistas se unam para defender as conquistas da revolução. Entretanto, o PCP não deixa nem deixará de combater todas as medidas do actual governo que visem a recuperação capitalista do processo revolucionário português.

Ha perigos, mas há razões para ter confiança. A classe operária, os trabalhadores e o povo português em aliança com os militares patriotas saberão unir-se para defender a democracia rumo ao socialismo como consagra a nossa Lei Fundamental.

Queridos Camaradas:

Vêm de longe as boas relações de amizade fraterna entre os nossos dois Partidos.

Avossa solidariedade de ontem para derrubar o fascismo e a de hoje para defender as conquistas revolucionárias estão no coração dos comunistas e do povo português.

Podeis também contar com a nossa solidariedade activa e militante à vossa luta contra o grande capital.

Tudo faremos para reforçar os laços de amizade entre os nossos dois Partidos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário bem como contribuir para o reforço da unidade do movimento comunista internacional. Tudo faremos para desenvolver os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois povos.

Viva o XXV Congresso do Partido Comunista da Dinamarca!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o Partido Comunista da Dinamarca!

A MORTE DO 1.º SECRETÁRIO DO CC DO PC JORDANO

A propósito da morte do camarada Fuad Massar, Primeiro-Secretário do CC do PC Jordano, o CC do PCP enviou aos camaradas da Jordânia a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas:

Certos de interpretar os sentimentos de todos os comunistas portugueses, o CC do PCP exprime a sua profunda mágoa pela morte do nosso camarada Fuad Massar, Primeiro-Secretário do CC do Partido Comunista Jordano, e apresenta por vosso intermédio as suas sentidas condolências a todos os comunistas jordanos e à família do nosso camarada. A morte do camarada Fuad Nassar, constitui uma grande perda para o Partido Comunista Jordano e para todas as forças progressistas da Jordânia e para o movimento comunista internacional a cuja unidade deu um importante contributo à frente do seu Partido.

O camarada Fuad Nassar morreu num momento particularmente difícil da luta do movimento de libertação nacional árabe e de todas as forças progressistas da região, à qual deu uma grande contribuição.

O CC do PCP ergue a sua voz na condenação do complot americano-israelita para liquidar a resistência palestina, as forças progressistas libanesas, dividir os países árabes e, pronuncia-se pela necessidade de uma solução política global que reconheça o direito ao povo palestino a formar o seu Estado livre e soberano, que ponha fim à ocupação dos territórios árabes, por Israel, que ponha fim à ingerência estrangeira. Nestes momentos dolorosos para vós, queremos manifestar-vos, queridos camaradas, a nossa confiança na vitória da vossa luta à qual reafirmamos a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

A CESSAÇÃO DA CORRIDA AOS ARMAMENTOS E O DESARMAMENTO

Nas novas condições históricas, quando o desanuviamento internacional se torna cada vez mais perceptível e, em toda a parte, cresce nas pessoas a esperança no estabelecimento de uma paz duradoura, a União Soviética, guiando-se pelo Programa de Política Externa do XXV Congresso do PCUS, dirigiu-se novamente a todos os estados membros da Organização das Nações Unidas, a todos os Estados do Mundo, apelando para que multipliquem os seus esforços a fim de se resolver o mais vasto e importante problema das relações internacionais contemporâneas: o problema da cessação da corrida aos armamentos e do desarmamento.

Esta tarefa é, hoje, mais aguda do que nunca — declarou o Secretário-Geral do CC do PCUS, camarada L.I. Brejnev. A Humanidade está cansada de viver sentada sobre montanhas de armamento, contudo a corrida aos armamentos intensifica-se sob o chicote dos círculos agressivos do imperialismo.

O artigo que publicamos documenta a posição do governo e do povo soviético a respeito destes problemas.

O potencial dos armamentos actuais ultrapassa em milhares de vezes tudo quanto foi utilizado nas guerras passadas. Na memória dos povos permanece a terrível tragédia da morte de Hiroshima, a primeira vítima das armas nucleares. Hoje, porém, existem à disposição dos estados tais tipos de armas e em tal quantidade que poderiam ser destruídas centenas, milhares de cidades semelhantes a Hiroshima. Uma ogiva nuclear actual contém em si energia destrutiva superior à energia de todos os explosivos utilizados pelos estados durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Mas as armas de destruição em massa continuam a desenvolver-se, alimentando-se das últimas realizações da revolução científico-técnica, e a aumentar continuamente.

Se não cessar a corrida aos armamentos, ela limitará, inevitavelmente, o aprofundamento da distensão política nas relações entre os estados. Por isso, precisamente, é cada vez maior o número de estados que reconhecem a necessidade de completar a distensão política com esforços orientados no sentido da diminuição do antagonismo militar, da contribuição para o desarmamento. Por tal curso se pronunciaram unanimemente os estados participantes da Conferência Europeia.

AS FORÇAS IMPERIALISTAS E A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

A corrida aos armamentos esgota recursos vitalmente importantes para os países, priva os povos de uma parte, considerável e crescente, da riqueza criada com o seu trabalho. Segundo dados da ONU, gastam-se, actualmente, em todo o mundo, cerca de 300 biliões de dólares por ano em armamento, ou seja um milhão de dólares em cada dois minutos. Isto ultrapassa consideravelmente todo o rendimento nacional dos países em vias de desenvolvimento da África e da Ásia. No mundo contemporâneo, gasta-se, em média, sessenta vezes menos no ensino da ciência criadora às crianças do que se gasta com a instrução dos soldados no abc da destruição. E cada vez mais novos estados são atraídos à corrida aos armamentos.



Produzir e gastar armamento, produzir a morte

Ou a corrida aos armamentos para e os estados passam ao desarmamento, diminuindo, passo a passo, o perigo dos conflitos militares, libertando cada vez mais recursos materiais e intelectuais para objectivos económicos e sociais ou a gigantesca máquina dos preparativos de guerra absorverá, cada vez mais, meios vitalmente necessários às pessoas, e a sombra da catástrofe da guerra penderá cada vez mais sobre os povos.

Na elaboração de qualquer medida no domínio do desarmamento, os estados têm de tomar decisões sobre questões ligadas, do modo mais directo, à sua segurança nacional e pesar cuidadosamente variados factores de ordem política, estratégica e técnico-militar. Mas é bem sabido que não é por estas dificuldades que se não tem conseguido, até agora, pôr fim à corrida aos armamentos.

O principal obstáculo é a oposição das forças imperialistas. Opõem-se, antes de tudo, os círculos monopolistas, a quem a corrida aos armamentos dá lucros de biliões. Opõem-se os partidos e grupos políticos, ligados à política de «guerra fria», que não abandonam os absurdos projectos de resolver, com o auxílio da força, a oposição histórica entre os dois sistemas sociais. Esforçam-se também por travar a resolução da questão do desarmamento aqueles que propagam clinicamente que seria muito mais fácil construir o futuro da humanidade sobre ruínas radioactivas, aqueles que, em prol dos objectivos estreitos e estranhos aos interesses dos povos, da sua política de grande potência, estão prontos a submeter até mesmo o seu próprio povo ao extermínio em massa numa nova guerra mundial.

Mas não há nem poder haver dúvidas de que existe a possibilidade real de superar a oposição dos adversários do desarmamento. Não é nada a seu favor, no nosso tempo, a correlação de forças na política internacional. Os países socialistas, cuja natureza sociopolítica exclui qualquer interesse na guerra e no desarmamento, procuram conseguir a cessação da corrida aos armamentos, de modo firme e consequente.

Em prol do desarmamento pronunciou-se o movimento dos países não alinhados. Dirigentes estatais e políticos dos mais diversos países do mundo reconhecem cada vez mais profundamente que, no século nuclear, um conflito militar ameaça ter consequências desastrosamente pesadas e que os interesses da segurança exigem que não se torne a continuação da corrida aos armamentos e que se ponha um freio a ela. É cada vez mais forte e convulsa a voz das forças sociais que exigem a rápida adopção de medidas eficazes nesta direcção.

ALGUNS PASSOS CONCRETOS NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DO DESARMAMENTO

Uma prova convincente da possibilidade de resolver o problema do desarmamento é o facto de, nos últimos tempos, se ter conseguido dar passos concretos deste tipo. Ainda que estes passos tenham só um carácter inicial e limitado, é grande o seu significado.

São eles o acordo soviético-americano orientado para a prevenção de uma guerra nuclear, para a diminuição do risco da sua deflagração accidental e para a limitação dos armamentos estratégicos, bem como o acordo entre a União Soviética e a França sobre a prevenção do emprego casual ou não sancionado de armas nucleares.

São eles as medidas destinadas à limitação da corrida aos armamentos nucleares, entre as quais figuram os tratados sobre a proibição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e na água, sobre

a limitação das experiências subterrâneas com armas nucleares, e os tratados sobre a não disseminação das armas nucleares e a sua não colocação no cosmos, nos corpos celestes e no fundo dos mares e oceanos. Realizam-se conversações acerca de um acordo soviético-americano a longo prazo para a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos, cuja feliz conclusão seria uma nova contribuição importante para a consolidação da paz e da segurança internacionais.

São eles a convenção internacional sobre a proibição da criação e fabrico de armas bacteriológicas (biológicas) e tóxicas e a destruição das respectivas reservas, que já entrou em vigor, bem como a convenção sobre a proibição de influenciar o meio ambiente para fins militares e outros objectivos nocivos, aproximando-se da sua conclusão as conversações relativas a ela.

São, por fim, os esforços empreendidos com o objectivo de enfraquecer o confronto militar em determinadas regiões do mundo. A este respeito têm, indiscutivelmente, especial significado as actuais conversações acerca da redução das forças armadas e dos armamentos na Europa Central, região onde estão concentrados os agrupamentos mais poderosos das forças armadas da NATO e do Pacto de Varsóvia. Tendo apresentado, recentemente, novas propostas destinadas a fazer avançar essas conversações, os países socialistas nelas participantes esperam agora passos concretos da parte dos seus parceiros nas conversações.

A União Soviética, tal como antes, está pronta a chegar a acordo sobre as medidas de desarmamento mais radicais, incluindo o desarmamento geral e completo. Juntamente com os seus aliados do Tratado de Varsóvia, a União Soviética está pronta a iniciar a liquidação mútua dos agrupamentos político-militares dos estados que se opõem entre si ou, de início, a dissolver as suas organizações militares. Se nem todos estão prontos a concretizar estes objectivos imediatamente, é necessário avançar em direcção a eles, gradualmente, passo a passo. O mais importante é passar da discussão sobre a cessação da corrida aos armamentos à acção prática.

A análise da situação política e estratégica no mundo, das tendências e perspectivas do seu desenvolvimento, dos factores materiais e técnicos que determinam o carácter e a forma da corrida aos armamentos, levam à conclusão de que, nas condições actuais, as orientações principais para a conclusão de acordos de acção dos estados no campo do desarmamento são os seguintes:

1 CESSAÇÃO DA CORRIDA AOS ARMAMENTOS NUCLEARES, REDUÇÃO E LIQUIDAÇÃO ULTERIOR DAS ARMAS NUCLEARES

Numa situação em que as armas nucleares representam o maior perigo para a Humanidade, a medida mais importante é o desarmamento nuclear completo.

A União Soviética foi sempre pela proibição das armas nucleares, pela sua exclusão dos arsenais dos estados. Mas as armas nucleares tinham surgido, já ela lutava por isso. Nesse tempo, as reservas dessas armas não eram grandes e falar da sua proibição e liquidação era relativamente mais fácil. Agora, que as armas nucleares se transformaram num enorme conjunto de tipos e sistemas de meios de ataque, de diverso significado e potência, com a possibilidade de conduzir as cargas nucleares ao alvo, o objectivo da sua liquidação tornou-se muito mais complexo. Mas ele pode ser atingido mesmo nas condições actuais.

Para isto é preciso, antes de mais, cessar a corrida aos armamentos nucleares, ou seja a produção de armas nucleares, o seu fornecimento às forças armadas dos estados, o aperfeiçoamento e criação de novos modelos e tipos. Simultaneamente ou imediatamente depois, deve-se iniciar a redução das reservas de armas nucleares com entrega dos materiais nucleares disponíveis aos ramos pacíficos da economia. O objectivo final da redução deveria ser a liquidação completa de todas as espécies de armas nucleares, estratégicas e táticas, ofensivas e defensivas. Juntamente com as reservas de cargas nucleares, ogivas e bombas, deveriam ser reduzidos os seus meios de transporte até ao alvo.

Naturalmente, o desarmamento nuclear deveria ser acompanhado de medidas de limitação e redução das forças armadas dos estados e dos armamentos de tipo convencional, que também representam uma ameaça nada pequena para os povos.

É evidente que o desarmamento nuclear só se poderá realizar se nele participarem todos os estados possuidores de armas nucleares. Não se pode imaginar que uma das potências nucleares avance na direcção da liquidação das suas armas nucleares e que as outras as acumulassem e desenvolvessem. Por isso, nas discussões sobre o desarmamento nuclear deveriam participar todas as potências nucleares. No tocante à União Soviética, como já foi declarado pela parte soviética, está pronta a sentar-se em qualquer altura à mesa das negociações com todas as outras potências nucleares, para examinar todos os aspectos relativos ao problema do desarmamento nuclear, em toda a sua extensão, e definir conjuntamente as vias concretas para a resolução prática.

2 PROIBIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS COM ARMAS NUCLEARES

Uma grande questão, da qual depende muito a cessação da corrida aos armamentos, é a proibição de todas as experiências com armas nucleares.

A proibição de todas as experiências com armas nucleares por fim ao seu aperfeiçoamento qualitativo e evitará o aparecimento de novas espécies destas armas. O Tratado de Moscovo sobre a proibição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob as águas, bem como o tratado entre a URSS e os EUA sobre a limitação das experiências subterrâneas só resolveram parcialmente esta questão. Além disso, duas das cinco potências nucleares não aderiram ao Tratado de Moscovo e uma delas — a China — continua actualmente a efectuar explosões nucleares e experimentais na atmosfera.

Chegou agora a altura de levar até ao fim a questão da cessação das experiências com armas nucleares. As condições para isto estão completamente amadurecidas, em parte como resultado da conclusão entre a URSS e os EUA do tratado sobre as explosões nucleares subterrâneas para fins pacíficos, no qual se estabelece um regime de efectuação de explosões para tais fins que não possibilitará a sua utilização para o aperfeiçoamento de armas nucleares.

A União Soviética, como se sabe, apresentou em 1975 a proposta de conclusão de um tratado sobre a proibição completa e geral das experiências com armas nucleares. O projecto de tal tratado foi então apresentado pela União Soviética à ONU, e à Assembleia Geral, ainda há um ano, pronunciou-se pela realização de conversas concretas com o objectivo de se chegar a acordo sobre a proibição completa e geral das experiências com armas nucleares. Contudo, devido à posição negativa de algumas potências nucleares, tais conversações não se iniciaram. É necessário iniciá-las rapidamente.

Sabe-se que, durante muito tempo, a questão da cessação das experiências nucleares subterrâneas foi complicada por alguns estados por meio do exagero artificial do problema do controlo. Afirmava-se constantemente, em particular, que sem a fiscalização local não se poderia distinguir os fenómenos sísmicos de origem natural (terramotos) dos fenómenos análogos causados por explosões nucleares subterrâneas e que, consequentemente, não seria possível controlar a observância por parte dos estados das suas obrigações decorrentes da

proibição das experiências subterrâneas com armas nucleares. Com o desenvolvimento da técnica de detecção e identificação dos fenómenos sísmicos, este ponto de vista tem agora o apoio praticamente geral dos cientistas. Contudo, alguns estados pronunciaram-se, também agora, pela previsão da possibilidade de esclarecimento local das circunstâncias factuais, se surgirem dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações relativas à proibição de experiências nucleares subterrâneas.

3 FORTALECIMENTO DO REGIME DE NÃO DISSEMINAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES

O tratado de não disseminação de armas nucleares, no qual já participam cerca de cem estados, fez muito neste sentido. A obrigação da renúncia à disseminação das armas nucleares é hoje uma norma da vida internacional.

Não se pode, porém, deixar de ter em conta que nem todas as potências nucleares participam ainda no tratado sobre a não disseminação das armas nucleares. Negam-se a participar nele também alguns estados não nucleares, que, devido ao seu desenvolvimento técnico-industrial, têm a possibilidade de criar as suas próprias armas nucleares. Por isso, é importante conseguir que o tratado sobre a não disseminação seja verdadeiramente universal.

No processo de funcionamento das centrais eléctricas nucleares forma-se e acumula-se como «produto derivado» uma substância cindível — o plutónio —, que pode ser utilizada para o fabrico de armas nucleares. São necessárias garantias rigorosas, a fim de que a cooperação internacional no campo da utilização pacífica da energia não se torne um canal de disseminação de armas nucleares. Isto não é uma questão comercial, é uma questão política, uma questão de segurança internacional.

A União Soviética pronuncia-se decididamente pelo completo aperfeiçoamento do sistema de controlo das instalações e materiais nucleares, a cargo da Agência Internacional para a Energia Atómica.

4 PROIBIÇÃO E DESTRUIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS

Depois da conclusão da convenção sobre a proibição das armas bacteriológicas, adquiriu particular actualidade a tarefa da completa proibição e liquidação de outra perigosa categoria de armas de extermínio em massa — a arma química. O emprego desta arma causou, ainda nos anos da Primeira Guerra Mundial, terribes sofrimentos e morticínios. Mas, desde então, a tecnologia da guerra química avançou muitíssimo. As novas espécies de armas químicas podem causar às pessoas uma morte ainda mais tormentosa. Também foram radicalmente aperfeiçoados os meios de transporte das armas químicas que, actualmente, podem ser empregadas não só nas zonas de combate, ou seja, contra forças armadas da outra parte, mas também contra a população civil dos centros vitais dos estados.

Juntamente com muitos outros países, a União Soviética propõe, desde há muito, que se chegue a acordo quanto à proibição e destruição de todos os meios químicos de guerra. Todavia, as conversações, que se realizam há já alguns anos, não abriram ainda perspectivas dessa solução universal. A esse respeito, surge a questão de saber como começar com o acordo sobre a proibição e liquidação das espécies de armas químicas mais perigosas e mortíferas. Uma contribuição essencial para isto poderia ser a realização de um acordo soviético-americano sobre iniciativas conjuntas relativas à conclusão de uma convenção respeitante aos meios químicos de guerra mais perigosos e mortíferos.

Quanto ao controlo da observância da proibição das armas químicas, ele deverá basear-se nos meios nacionais.

5 PROIBIÇÃO DA CRIAÇÃO DE NOVAS ESPÉCIES E SISTEMAS DE ARMAS DE EXTERMINIO EM MASSA

O progresso científico-técnico coloca com acuidade o problema de evitar o aparecimento de novas espécies e sistemas de armas de extermínio em massa. Podem surgir novas espécies de armas já num futuro próximo, que, pelos seus efeitos destruidores, sejam comparáveis ou mesmo superiores às armas nucleares, químicas ou bacteriológicas.

Não há, actualmente, quaisquer limitações à utilização da ciência para tais objectivos. Em 1975, a União Soviética propôs a conclusão de um acordo internacional que impedisse a criação e produção de novas espécies e sistemas de armas de extermínio em massa. Sabe-se que já decorrem conversações com este fim, o que representa um aspecto positivo.

Em relação a novas espécies de armas de extermínio em massa, a União Soviética está pronta a propor uma forma de abordar o problema que impeça qualquer espécie de armas baseadas em princípios de acção qualitativamente novos, tanto no modo de aplicação como no objecto de destruição ou carácter de acção. Trata-se, por exemplo, de armas de destruição por meio de raios, capazes de actuar no sangue e no meio intracelular; de armas ultrassónicas, que têm efeitos nocivos nos órgãos internos e no comportamento humano; de armas genéticas, cujo emprego lesaria o mecanismo da hereditariedade.



O imperialismo semela a morte em terras estranhas

Quanto aos novos sistemas de armas de extermínio em massa, não deverão ser criados, nem para as suas novas espécies nem para as espécies de armas baseadas em princípios científicos já utilizados mas cujos novos elementos técnico-militares ou meios de realização lhes poderiam imprimir uma qualidade ainda mais perigosa. Podem aqui servir de exemplo os sistemas aerocósmicos de armas nucleares, na base de naves cósmicas transportadoras.

A questão da proibição da criação de novas espécies e sistemas de armas de extermínio em massa encerra o aspecto essencial de todos os problemas do desarmamento e prevenção da guerra.

6 REDUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E DOS ARMAMENTOS CONVENCIONAIS

As armas nucleares e outras espécies de armas de extermínio em massa representam, sem dúvida, a maior

ameaça para a Humanidade. Mas poderá alguém esquecer quantos milhões de vidas humanas custou o emprego dos chamados armamentos convencionais? E mesmo desde a Segunda Guerra Mundial multiplicou-se o poder destrutivo destes armamentos. O tanque actual é uma arma muitas vezes mais mortífera do que o tanque dos anos 40. Isto aplica-se igualmente à artilharia, às armas de fogo e, claro, à aviação.

Os conflitos militares que ocorreram nos últimos anos em diferentes regiões do mundo mostraram quantas tragédias causa aos homens o emprego de novos tipos de armas convencionais e como são grandes as destruições de valores materiais, resultantes da sua utilização.

Assim, a própria vida coloca os estados perante a tarefa de tomarem medidas para a redução da aviação, da artilharia, dos tanques e das outras espécies modernas dos armamentos convencionais, bem como das forças armadas equipadas com eles. Após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética apresentou, mais de uma vez, propostas concretas a este respeito. Pela parte soviética foram citados números concretos para o estabelecimento de limites aos efectivos das forças armadas das grandes potências, exprimi-se a disposição de travar conversações para este fim, tanto no âmbito de um programa de desarmamento geral e completo como na qualidade de medidas parcelares que abrangessem os estados mais poderosos. Estas propostas não foram aceites. Mas a União Soviética continua a estar pronta a travar conversações sobre a redução das forças armadas e dos armamentos. Se este fosse o desejo de todos os estados possuidores de grandes forças armadas, essas conversações poderiam conduzir a resultados positivos e a acordos construtivos.

A União Soviética considera igualmente desejável empreenderem-se novos esforços para se chegar à liquidação de todas as bases militares em territórios alheios e à retirada das tropas estrangeiras desses territórios. A Organização das Nações Unidas tem-se pronunciado com toda a determinação, em muitos dos seus fóruns, pela solução deste problema, tanto à escala global como à escala de cada continente. Mas aqui não se registam progressos, e isto não pode deixar de causar apreensão.

7 ZONAS DE PAZ NO OCEANO INDICO E NOUTRAS REGIÕES

Os países litorais do Oceano Indico exprimem a sua inquietação pelo facto de alguns estados geograficamente situados muitíssimo longe dessa região desenvolverem as bases militares e aumentarem a sua presença militar. Considerando esta actividade uma ameaça à sua independência e segurança, aqueles países propõem a transformação do Oceano Indico numa zona de paz. A União Soviética tem uma atitude de compreensão para com esta proposta.

É evidente que a questão-chave consistiria na ausência de bases militares estrangeiras na região do Oceano Indico, na liquidação das já existentes aí e na não criação de novas bases. Quanto à União Soviética, ela não teve nem tem a intenção de construir bases militares no Oceano Indico.

Na solução, neste plano, da questão das bases militares estrangeiras, a União Soviética estaria pronta a procurar vias para a redução, numa base recíproca, da actividade militar dos estados não litorais no Oceano Indico e nas regiões imediatamente contíguas. Naturalmente, medidas deste tipo deveriam ter inteiramente em conta as normas universalmente reconhecidas do direito internacional relativas à liberdade de navegação nos mares, e a necessidade de acesso aos portos dos estados litorais, bem como as pesquisas científicas. Esta questão tem para a União Soviética um importante significado, porque através do Oceano Indico passa praticamente a única via marítima aberta todo o ano que liga a parte europeia da URSS ao Extremo-Oriente soviético.

Os estados situados no litoral do Oceano Indico pronunciaram-se pela realização de uma conferência internacional para analisar medidas práticas com vista à transformação desta região numa zona de paz. A União Soviética estaria pronta a examinar a sua atitude para com a convocação de tal conferência, à luz das considerações expostas.

Outra região onde existe tensão militar, relacionada especialmente com o conflito do Médio-Oriente e que atinge por vezes perigosas dimensões, é o Mar Mediterrâneo. Com o objectivo de diminuir esta tensão, a União Soviética propôs aos EUA, há algum tempo, um acordo sobre a retirada do Mar Mediterrâneo dos navios e submarinos soviéticos e americanos equipados com armas nucleares.

A União Soviética tem-se também pronunciado frequentemente pela cessação da corrida aos armamentos no Médio-Oriente, no âmbito da regularização política geral do conflito nesta região.

Em diversas regiões do mundo, os estados interessados avançam propostas de criação de zonas sem armas nucleares.

8 REDUÇÃO DOS ORÇAMENTOS MILITARES

Uma das vias em perspectiva para a cessação da corrida aos armamentos e para o desarmamento é a redução dos orçamentos militares dos estados. Os recursos assim libertos poderiam ser destinados ao progresso económico e social dos povos, à elevação do ritmo de desenvolvimento da economia, à garantia do emprego, ao desenvolvimento de novas fontes de energia, à resolução dos problemas alimentares, à luta contra as doenças, à construção de novas escolas e estabelecimentos de ensino superior.

A União Soviética está pronta a adoptar uma posição flexível quanto a números concretos com que se deveria iniciar a redução dos orçamentos militares. Poder-se-ia acordar em cifras maiores ou menores do que 10 por cento, como primeiro passo para o ano de 1977. É importante, contudo, tomar rapidamente esta questão objecto de conversações entre os estados interessados.

9 CONVERSACOES SOBRE AS QUESTOES DA CESSAÇÃO DA CORRIDA AOS ARMAMENTOS E DO DESARMAMENTO

As conversações sobre as questões da cessação da corrida aos armamentos e do desarmamento são conduzidas de diversas formas: numa base bilateral, especialmente quando dizem respeito aos estados com maior potencial militar e de maior indústria militar no âmbito de um ou outro grupo de estados directamente interessados, inclusive a nível regional; nos órgãos especiais criados para o exame dos problemas do desarmamento no seu todo ou nos seus aspectos particulares, incluindo os estados que representam os agrupamentos políticos e as regiões geográficas fundamentais do mundo actual. As questões do desarmamento ocupam todos os anos um lugar de relevo nos trabalhos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

No seu conjunto, estas formas de conversações e análise justificam-se; elas serão, sem dúvida, utilizadas também no futuro.

Como fórum adequado ao exame do problema do desarmamento em toda a sua extensão, à determinação, mediante esforços conjuntos, das vias e meios da sua solução e à elaboração de um programa de medidas práticas a longo prazo, poderia servir uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU. Para que os seus resultados não se reduzissem às mesmas resoluções de carácter geral a favor do desarmamento, semelhantes àquelas que hoje enchem os arquivos da ONU, essa sessão especial da Assembleia Geral e a sua organização não deveriam ter carácter de rotina. Deveria ser uma sessão especial. Ela deveria ser preparada, organizada e conduzida de forma a assegurar uma viragem na solução dos problemas do desarmamento. Em todos os seus trabalhos deveria manifestar-se inteiramente a elevada responsabilidade de todos os estados do mundo e, em especial, das grandes potências que dispõem dos armamentos e das forças armadas mais poderosas.

A União Soviética considera a convocação desta sessão uma etapa intermédia que, com as suas resoluções, deveria preparar um exame amplo e radical do problema do desarmamento na conferência internacional. A sessão não deveria ser sobrecarregada por um rigoroso enquadramento de tempo nem pelo processo que habitualmente se usa nas sessões da Assembleia Geral, inclusive nas especiais.

INTERNACIONAL

EM VIENA PROSSEGUE A BATALHA DA PAZ

Reiniciaram-se em Viena sobre a redução das Forças Armadas na Europa Central.

Centrando os seus esforços no desarmamento no coração da Europa, as conversações de interesse não só a todos os povos europeus como aos de todos os países do Mundo, igualmente empenhados em que o caminho aberto para a criação de condições para a paz mundial, se torne, em definitivo, irreversível.

Há já três anos que o problema do desarmamento é debatido na capital austríaca. Desde o princípio das negociações, a União Soviética e outros países socialistas exprimiram a sua vontade de concretizar o mais possível o objecto das negociações. Nessa perspectiva, apresentaram imediatamente o seu projecto de acordo que constituía uma boa base para a regulamentação dos problemas abordados. Este projecto previa uma redução de mais de 15 por cento das Forças Armadas e do armamento de que dispõem os participantes directos nas conversações na Europa Central, redução que se processaria ao longo de três anos.

A medida que as negociações se desenrolavam, os países socialistas tomavam novas iniciativas com o fim de obter um consenso. Em Fevereiro de 1976, os países socialistas fizeram uma importante proposta. Aceitaram uma redução de tropas em duas etapas — modalidade por que os países capitalistas tinham insistido. Numa primeira etapa, no ano de 1976, estava prevista uma redução das Forças Armadas da URSS e dos EUA. Os outros países procederiam a essa redução entre 1977 e 1978.

Actualmente, existe um equilíbrio aproximado entre as Forças Armadas e o armamento dos países socialistas e os países capitalistas na Europa Central, facto reconhecido por vários dirigentes do mundo capitalista. Mas os meios dirigentes da NATO insistem na pretensão absurda de exigir uma redução quase três vezes superior, das Forças Armadas e armamento dos países socialistas. Por outro lado têm recusado chegar a um acordo, mesmo que genérico, referente a calendários e dimensões da redução das suas tropas.

O vasto programa norte-americano de venda de armas ao estrangeiro, a envergadura anormal das manobras de Outono da NATO, os esforços tendentes à criação de um novo pacto militar no Atlântico Sul, com a possível participação da África do Sul e da Grã-Bretanha — são factos que se conjugam com as tentativas de inverter o sentido dos trabalhos de Viena, ou pelo menos paralisá-los por inoperância.

O mundo capitalista não está logicamente interessado na paz. Mas a própria tendência objectiva da evolução mundial, o esforço conjugado de milhões de vontades, confirmará e permitirá, que o único caminho possível de trilhar na era nuclear, é o caminho que está a ser aberto para a paz.

CAME — O FRUTO DA SOLIDARIEDADE ENTRE OS PAÍSES SOCIALISTAS

Para que a calúnia não pegue, para que a verdade não seja sufocada, "Avante!" prossegue uma exposição do que é o CAME nos nossos dias, algumas das linhas de orientação fundamentais, na fusão das economias dos países socialistas. Iremos apresentando, simultaneamente, alguns exemplos concretos

Num momento em que a produção de valores materiais atingiu dimensões consideráveis e a revolução técnico-científica modifica permanentemente a tecnologia e a organização da produção, o estabelecimento de previsões científicas nos ramos-chave da economia, da ciência e da técnica, torna-se uma necessidade premente. Na economia socialista a previsão científica é a etapa inicial do processo geral da planificação socialista.

A cooperação dos países membros do CAME no domínio da previsão engloba várias linhas de orientação. Inicialmente, centra-se em problemas particularmente importantes para o desenvolvimento económico e técnico-científico dos países irmãos, problemas cuja solução acelere o desenvolvimento do processo integracionista. Os órgãos de planificação do CAME estabeleceram já cerca de cem previsões revelando tendências de desenvolvimento por um período que se estende até 1990, e nalguns casos até ao ano 2000. São previsões do desenvolvimento da base de matérias-primas da siderurgia e da metalurgia ferrosa, de certos ramos das construções mecânicas e previsões a longo prazo do desenvolvimento do comércio mútuo.

No domínio da energia eléctrica, por exemplo, o programa geral prevê a revelação de tendências essenciais do desenvolvimento deste ramo até 1990 e a elaboração de propostas para a cooperação dos países interessados, a revelação das tendências essenciais do desenvolvimento dos sistemas energéticos unificados dos países membros do CAME e a elaboração de propostas respeitantes ao alargamento e aprofundamento da cooperação neste sentido.

Na base dos dados preliminares fornecidos pelos países membros do CAME, a sua Comissão permanente para a energia eléctrica dos países membros até 1980 e definiu as principais tendências do seu posterior desenvolvimento. Assim foram reveladas as possibilidades de construção, pelos esforços conjugados dos países interessados, de certas obras energéticas de interesse geral.

Tendo em conta os cálculos preliminares efectuados nos diversos países, pensa-se prosseguir no futuro o desenvolvimento energético em ritmo rápido. Está prevista a satisfação das necessidades crescentes dos países do CAME em energia eléctrica, no fundamental, pelo crescimento da sua própria produção, salvo alguns casos em que se colocará a questão de importação de energia.

Assim, a previsão científica permite ver melhor a perspectiva de desenvolvimento económico e técnico-científico e, consequentemente, elaborar

elaboração e realização dos programas internacionais. Sem alterar o carácter autónomo da actividade no que respeita à planificação interna, permite simultaneamente unir os esforços de vários países pela mais rápida materialização dos resultados do desenvolvimento técnico-científico, a elevação da produtividade do trabalho, a fabricação de artigos de elevada capacidade concorrencial.

Neste domínio, são já numerosos os exemplos: criação comum do sistema unificado de transportes por contentores dos países membros do CAME; elaboração e produção do sistema unificado de computadores; e, ainda, que se está a processar, neste momento, do desenvolvimento da base de combustíveis e energética e do sistema electro-energético unificado dos países europeus interessados, membros do CAME.

AS VANTAGENS

A realização do Acordo sobre a cooperação no domínio da planificação em comum da produção de certos tipos de máquinas assinado em 1972, demonstra as vantagens de um tal tipo de cooperação para os povos irmãos dos países socialistas. Desde 1975, os países socialistas signatários do acordo conseguiram reduzir consideravelmente o défice em máquinas-ferramentas com comando numérico (MOCN), e liquidar por completo o défice em peças normalizadas pelos MOCN e de outros tipos de máquinas-ferramentas.

A liquidação do paralelismo na produção de máquinas-ferramentas com comando numérico reduziu as despesas globais cinco vezes. Em 1975 a produção cresceu 5,1 vezes em relação a 1971.

A coordenação dos planos económicos quinquenais como a forma mais regular e complexa de planificação comum constitui elemento básico do aperfeiçoamento do mecanismo de planificação da integração socialista.

No quadro do CAME já se procedeu por diversas vezes a este trabalho. Desde Dezembro de 1955 que a 6.ª sessão do Conselho de Assistência Económica Mútua recomendou a coordenação dos planos para 1956-60. Entretanto, a coordenação dos planos económicos dos países da comunidade socialista para 1976-80 distingue-se em muitos aspectos do trabalho análogo realizado no passado.

Para começar, os países membros do CAME possuem actualmente um potencial económico e científico mais poderoso mesmo que em 1970. Assim, o produto nacional para o seu conjunto cresceu em mais de 29% em relação a 1970, enquanto a produção industrial aumentou em 35%.

Grças à sua crescente capacidade económica, os países da comunidade socialista estão em condições de desempenhar as tarefas técnicas e sociais dimensões cada vez mais vastas.

A SUPERIORIDADE MATERIAL DO SOCIALISMO

A originalidade da coordenação dos planos do novo quinquenato reside no facto de que este trabalho assenta em reservas consideráveis alcançadas pela realização de medidas do Programa geral, no decurso destes últimos anos. Em 1975, entraram em vigor no quadro do CAME centenas de acordos multilaterais sobre a especialização e a coprodução; só nas construções mecânicas se contam mais de 20 acordos.

Os países membros do CAME estudaram em comum 270 questões englobando praticamente todas as orientações do desenvolvimento da ciência e da técnica. No decurso dos quatro primeiros anos do novo quinquenato, a troca de mercadorias entre os membros do CAME aumentou 51%. "A integração — afirmou o camarada Brejnev no XI congresso do PSOH em Março de 1975 — é um factor que desempenha um papel crescente em cada ano que passa, na realização das tarefas económicas de cada um dos países irmãos. É em grande medida graças a ela que os países constituem já

a região industrial mais dinâmica do Mundo e ultrapassam todos os outros agrupamentos de Estados pelos seus ritmos de crescimento".

Os países membros do CAME iniciaram a coordenação dos planos quinquenais no estádio da sua elaboração. A adesão ao CAME, em 1962, da Mongólia, e de Cuba, em 1972, alargou as fronteiras geográficas da integração socialista.

São factos que trazem novos elementos à coordenação dos planos quinquenais, dão-lhe a base sólida de acordos a longo prazo nos domínios da produção, da ciência e da técnica, da realização conjunta de projectos de grandes trabalhos. No decurso de consultas multilaterais foram elaborados projectos de acordos gerais para a construção comum de obras como a fábrica de celulose de Oust-limsk, o combinado de enriquecimento de amianto de Kiembal, a linha de transporte de electricidade Vinitz (Ucrânia ocidental - Albertirch) e a exploração comum da fonte de gás de Orenbourg e a construção do gasoduto Orenbourg — fronteira ocidental da URSS com cerca de 2750 km. No fim do próximo quinquenato este gasoduto gigante levará para os países membros do CAME duas vezes mais gás natural por ano do que recebem actualmente.

O TURISMO NA BULGÁRIA É UMA ACTIVIDADE DE MASSAS

República Popular da Bulgária: o turismo constitui uma actividade criadora de contacto com a realidade natural e histórica do país e, também, uma ocasião de recuperar e manter a saúde dos trabalhadores

Durante o ano de 1975 cerca de 4 milhões de turistas atravessaram as fronteiras da Bulgária para passarem férias nas praias do Mar Negro, nos balneários das montanhas, nos conhecidos centros termais... ou limitaram-se a viajar com itinerários livres para conhecerem de perto o rosto antigo e contemporâneo deste conhecido nome dos catálogos turísticos — Bulgária.

Para um número cada vez

maior de pessoas do continente europeu, este país tornou-se um ponto de atracção, sobretudo pelo Mar Negro búlgaro, que se estende com as suas praias de areias douradas ao longo de 378 quilómetros de faixa litoral. As águas límpidas e calmas, com temperaturas entre 20 e 28 graus centígrados, e o predomínio de dias ensolarados e quentes permitem gozar os prazeres do mar 180 dias por ano.

Os balneários representam o terceiro principal pólo de atracção do turismo internacional búlgaro. Estão aproveitadas 500 fontes de águas minerais com as mais variadas composições químicas e temperaturas, existindo actualmente cerca de 60 termas com hotéis, sanatórios, centros profiláticos, onde se utilizam os mais modernos processos médicos — terapia com águas, tratamento por lodo medicinal, fisioterapia, ginástica medicinal, tratamentos à base de frutas e mel.

Para além destes recursos naturais, treze séculos de história expressam-se nos magníficos monumentos culturais: o cavaleiro de Madara, esculpido nas rochas pelos búlgaros antigos, a igreja dourada do Czar Simeon na antiga capital Preslav, museus, mosteiros que conservaram ícones, frescos e entalhes. Os povos antigos legaram-nos um rico espólio cultural conservado até aos nossos dias: desenhos pré-históricos nas cavernas da Rabicha, frescos do séc. IV antes da nossa era nas sepulturas de Kazanlak, os inigualáveis tesouros da Tráquia, antigos povoados e templos romanos.

Um outro importante sector

do turismo internacional é o turismo que está ligado aos Congressos. Em vários balneários e grandes cidades da Bulgária são construídos hotéis com salas especiais para congressos, simposios, festivais e conferências. Só durante o ano passado, na Bulgária realizaram-se 370 actividades internacionais com visitantes de todo o Mundo. Com o objectivo de aumentar o número de turistas estrangeiros, em 1967, por ocasião do Ano Internacional do Turismo, o Governo da República Popular da Bulgária declarou unilateralmente a abolição de vistos para cidadãos de todos os países do Mundo que visitem o país como turistas. Os turistas de qualquer país, quer viajem em grupos ou individualmente, podem permanecer na Bulgária durante dois meses sem qualquer formalidade. O governo búlgaro desenvolveu acordos turísticos em bases recíprocas com todos os países socialistas, com a Áustria, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Tunísia e a Islândia. O Comité nacional para o Turismo e Descanso está representado em 22 países europeus.

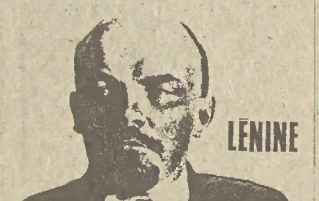
também balneários de moderna arquitectura que constituem centros de atracção para os turistas nacionais e estrangeiros.

Os balneários são ainda um elemento de notável importância para o restabelecimento da saúde pública. Eis alguns exemplos: em Rissa tratam-se enfermidades estomacais e intestinais, rensais e neurológicas; em Bankia, perto de Sofia, tratam-se as enfermidades de vasos cardíacos e do sistema nervoso; em Kiustendil, curam-se enfermidades articulares, ginecológicas, dermatológicas, da periferia do sistema nervoso e da medula espinhal; em Sandanski, procede-se ao tratamento de bronquite asmática, enfermidades alérgicas e bronquites crónicas.

Um outro importante sector do turismo internacional é o turismo que está ligado aos Congressos. Em vários balneários e grandes cidades da Bulgária são construídos hotéis com salas especiais para congressos, simposios, festivais e conferências. Só durante o ano passado, na Bulgária realizaram-se 370 actividades internacionais com visitantes de todo o Mundo.

Com o objectivo de aumentar o número de turistas estrangeiros, em 1967, por ocasião do Ano Internacional do Turismo, o Governo da República Popular da Bulgária declarou unilateralmente a abolição de vistos para cidadãos de todos os países do Mundo que visitem o país como turistas. Os turistas de qualquer país, quer viajem em grupos ou individualmente, podem permanecer na Bulgária durante dois meses sem qualquer formalidade. O governo búlgaro desenvolveu acordos turísticos em bases recíprocas com todos os países socialistas, com a Áustria, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Tunísia e a Islândia. O Comité nacional para o Turismo e Descanso está representado em 22 países europeus.

de novo à venda



O IMPERIALISMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

edição de 1967

O 25 DE SETEMBRO COMEMORADO NO PORTO

Por iniciativa da Associação Portugal-Moçambique, realizou-se, no Porto, uma jornada comemorativa do início da luta armada de libertação de Moçambique, que contou com a participação activa e entusiástica de cerca de duas centenas de pessoas. Dirigida ao Comité Central da Frelimo, às Forças Populares de Libertação de Moçambique e ao povo moçambicano foi aprovada por aclamação a seguinte moção:

«Portugueses presentes em jornada comemorativa do início da luta armada de libertação do povo moçambicano, saudam calorosamente o povo moçambicano e seu guia, a Frelimo, na luta contra o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo, na luta pela reconstrução de uma sociedade onde

definitivamente seja impedida a possibilidade de um homem poder explorar outro homem.

«As vossas vitórias são também as vitórias do Povo português e de todos os povos que lutam pela sua libertação.

«Contra a provocação, contra a calúnia, contra a mentira, contra todos aqueles que teimam em regressar a um passado de opressão e de exploração, os povos de Portugal e de Moçambique saberão opor a barreira da solidariedade forjada na longa luta comum contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

«Que viva sempre a aliança do Povo português com o povo moçambicano!

«Que se reforcem os laços fraternos de cooperação entre os nossos povos!

«Viva a justa luta do moçambicano!»

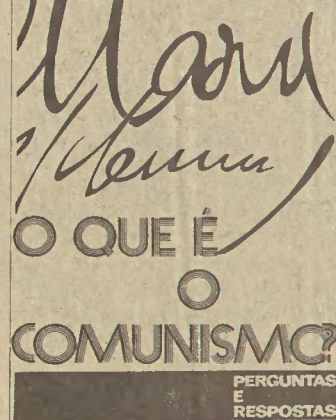
A DESMISTIFICAÇÃO DA MAIS SUTIL ARMA DA BURGUESIA MONOPOLISTA PARA A SUBMISSÃO IDEOLÓGICA DA CLASSE OPERÁRIA



Pedidos a CDL Central Distribuidora Livraria Av. Santos Dumont, 57-C-Lisboa 1

de novo à venda

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO



PERGUNTAS E RESPOSTAS

SAUDAÇÕES DE JORNAIS IRMÃOS AO «AVANTE!»

A primeira grande festa anual do «Avante!» constituiu, conforme já assinalámos no último número, uma oportunidade para o reforço dos laços de amizade e fraternidade entre o órgão central do PCP e os outros órgãos centrais dos partidos comunistas e operários. Antes, durante e depois da Festa, recebemos saudações de jornais irmãos que testemunham bem a solidariedade que nos une, e que com satisfação e orgulho aqui registamos.

O corpo redactorial e todo o colectivo dos trabalhadores do jornal «Pravda» enviam as suas fraternais saudações ao jornal «Avante!» por ocasião da sua primeira festa de massas.

O vosso jornal — o combativo órgão do Partido Comunista Português — empenha-se numa luta consequente pelos interesses da classe operária, pela consolidação das conquistas revolucionárias do Povo trabalhador de Portugal. O «Avante!» é um activo propagandista das ideias do internacionalismo proletário, um tenaz defensor do reforço e desenvolvimento da amizade entre o Povo português e o Povo soviético.

Desejamos ao «Avante!», aos seus leitores e difusores, novos êxitos na luta pela construção da democracia, da paz e do socialismo.

A Redacção do «Pravda»

Queridos camaradas,

Por ocasião da Festa do vosso jornal transmitimos, em nome do colectivo do «Neues Deutschland», órgão do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, as nossas cordiais e fraternais saudações.

Conhecemos a heróica tradição e o papel destacado do «Avante!», como órgão central do Partido Comunista Português, na resistência antifascista, na defesa das conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974, na grande luta pelos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores de Portugal.

Todos nós — os comunistas, os trabalhadores e o povo da República Democrática Alemã em geral — sentimo-nos ligados e firmemente unidos no espírito do internacionalismo proletário com o Partido Comunista Português e com todas as forças democráticas do vosso país.

Pedimos que aceitem, mais uma vez, por ocasião da vossa Festa, os profundos sentimentos da nossa solidariedade. Desejamos, igualmente, a todos os camaradas da redacção e aos leitores do «Avante!» novos êxitos na vossa abnegada luta.

Saudações fraternais
«Neues Deutschland»
Joachim Herrmann
director

Queridos companheiros,

Ao longo de várias décadas, o jornal dos comunistas portugueses tem estado nas primeiras linhas da luta pela democracia e justiça social. A actividade heróica dos trabalhadores do «Avante!» faz parte da actividade heróica do próprio Partido Comunista Português.

Com viva emoção e alegria lemos o primeiro número legal do jornal cuja leitura nos testemunha a evolução do processo revolucionário no vosso país.

Sabemos que o povo português continua uma luta enérgica em defesa da verdadeira democracia a que têm direito os trabalhadores. É pois natural que neste momento cresça o papel do Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que se unem mais as suas fileiras. Na presente situação, o jornal «Avante!» aponta as massas a verdade do Partido, inspirando-as e dirigindo-as, guiado pela aspiração de salvaguardar e consolidar as conquistas revolucionárias.

Enviamos as nossas mais calorosas saudações por ocasião da Festa do «Avante!», saudações estas que exprimem os sentimentos de solidariedade fraternal de todos os comunistas búlgaros para com o glorioso Partido Comunista Português.

Jornal «Rabotnicheskoe Delo»
Órgão do Comité Central
do Partido Comunista Búlgaro

Queridos camaradas:

Por ocasião da Festa do «Avante!», o órgão central do Partido Socialista Operário da Hungria «Nepszabadsag» (Liberdade do Povo), envia as suas ardentes felicitações de camaradagem a todos os leitores e trabalhadores do vosso jornal.

O vosso jornal, que regularmente se publicou nas graves condições da clandestinidade, entretanto a dura perseguição da polícia política fascista, conquistou o apreço e o respeito do Povo português e do movimento comunista internacional. Este apreço e respeito então conquistados permanecem depois da vitória das forças antifascistas em 25 de Abril de 1974, quando o «Avante!» pôde publicar-se legalmente. O «Avante!» é digno das lutas gloriosas do Partido irmão português, da corajosa firmeza das massas trabalhadoras e é uma arma eficaz do Partido Comunista Português na sua luta pela defesa das conquistas da revolução, pela congregação das forças progressistas, pelo desenvolvimento e avanço do processo democrático.

Queridos camaradas:
Por ocasião da vossa grande Festa, formulamos os mais sinceros votos pela continuação dos vossos sucessos e expressamos a nossa solidariedade internacionalista com a vossa justa luta.

Em nome do colectivo do «Nepszabadsag»
István Katona
Redactor-chefe

Prezados camaradas:

A Festa do jornal «Avante!» constitui para a redacção do jornal «Scienteia» uma feliz ocasião para transmitir calorosas e fraternais saudações, bem como as mais sinceras felicitações.

Os jornalistas do «Scienteia» conhecem e têm um alto apreço pelas ricas tradições de luta do jornal «Avante!», pela sua longa actividade como porta-voz do PCP na luta tão difícil do Povo português pela liberdade, pela democracia e pelo progresso.

Hoje, nas novas condições criadas pela histórica vitória de 25 de Abril de 1974 contra o fascismo, o jornal «Avante!», com a mesma fé e abnegação revolucionárias dá uma valiosa contribuição à mobilização das massas para a consolidação das conquistas democráticas e para o desenvolvimento de Portugal no caminho do socialismo.

Expressamos sincera satisfação pelo facto de, no espírito das relações de amizade e solidariedade, existentes entre o PCR e o PCP, entre o «Scienteia» e o «Avante!», se desenvolverem laços de colaboração, que desejamos alargar, convencidos de que servem para o fortalecimento da amizade entre os nossos partidos, entre os povos romeno e português, ligados por muitas afinidades de origem, língua e destinos.

Ao participar de todo o coração na Festa do jornal «Avante!», desejamos-lhes queridos camaradas, novos e grandes êxitos no vosso trabalho de grande responsabilidade desempenhado ao serviço das aspirações de progresso e florescimento do Povo português, para o desenvolvimento de Portugal amigo no caminho da democracia e do socialismo.

Redactor-chefe do jornal «Scienteia»
Alexandre Ionescu

Por ocasião da primeira grande Festa do «Avante!» enviamos as nossas cordiais saudações. O passado do «Avante!» é preenchido por uma longa luta nas difíceis condições da clandestinidade e do terror fascista, e hoje desempenha um importante papel na luta travada pelo PCP, na luta pela democracia e pelo progresso social do País.

Enviamos os nossos melhores desejos de sucesso para o vosso trabalho de grande responsabilidade.

Director e chefe de redacção do «Komunist»
Milan Rakas

Queridos camaradas:

Durante longos anos o «Avante!» foi um archote na noite negra do fascismo. A sua publicação mantida a custo de dolorosos sacrifícios perfurava as trevas com uma luz de esperança. «Avante!», o valeroso órgão do glorioso Partido Comunista Português fazia-nos chegar a mensagem de combate dos presos de Caxias e de Peniche. Ele reprecutia o eco vivo das lutas dos operários da Lisnave, dos pescadores do litoral, dos assalariados agrícolas do Alentejo, das mulheres do sul e do conjunto da classe operária e do Povo português. Desde o 25 de Abril, o «Avante!» encontra-se na primeira linha de todas as batalhas para a defesa da liberdade, da democracia, da unidade das forças antifascistas e populares.

Por ocasião da vossa Festa envio-vos, queridos camaradas, as fraternais saudações do «L'Humanité» e desejo ao «Avante!» novos e importantes sucessos na sua nobre missão ao serviço da causa dos homens.

Roland Leroy
Director do «L'Humanité»

Queridos camaradas:

Com grande alegria vos enviamos a todos as mais vivas saudações e felicitações por ocasião da primeira Festa Nacional do «Avante!».

Em torno de um jornal de longa e gloriosa tradição como o vosso se reagruparão certamente centenas de milhares de trabalhadores, de jovens, de democratas.

É com efeito o «Avante!» o jornal que reassume na sua história a continuidade da luta e da esperança do Povo português, durante o longo período da opressão fascista, e depois, a seguir ao 25 de Abril, no combate pela liberdade e a democracia.

Estamos certos de que a vossa Festa será uma etapa importante no reforço dos laços entre os comunistas e o Povo português, no desenvolvimento da unidade democrática e antifascista, na afirmação dos ideais do socialismo.

Recebam, queridos camaradas, as saudações fraternais, de todos os trabalhadores do «L'Unità» e os nossos melhores votos de sucesso.

Luca Pavolini
Director do «L'Unità»

Queridos camaradas:

Por ocasião da Festa em honra do grande «Avante!», que tem atrás de si orgulhosas tradições, enviamos as nossas mais sinceras congratulações e os melhores desejos de sucesso para o jornal, que durante mais de quatro décadas lutou com inacreditável coragem e sacrifícios contra a ditadura fascista.

Após a queda da ditadura, em 25 de Abril de 1974, o «Avante!» intensificou ainda mais a sua influência entre os operários e camponeses de Portugal.

E estamos certos que continuará a fazê-lo para bem de Portugal e do seu Povo.

Ingemar Andersson
Director do «Ny Dag»

Queridos camaradas,
Os trabalhadores do «Unsere Zeit» (UZ), órgão central do Partido Comunista Alemão (PCA) enviam as suas mais calorosas saudações e felicitações ao órgão irmão, «Avante!», por ocasião da sua primeira festa de imprensa.

Estamos certos de que esta festa será um grande sucesso para os comunistas portugueses e para o seu jornal e uma demonstração da ligação estreita do Partido Comunista e do seu órgão central às massas trabalhadoras.

Aceitamos com grande prazer o vosso convite para participarmos na Festa do «Avante!» e para estarmos presentes na «Cidade Internacional», dadas as estreitas relações e a solidariedade existente entre os trabalhadores do «Avante!» e do «UZ». A Festa do «Avante!» é uma oportunidade para desenvolver e reforçar essas relações.

Seguimos com grande simpatia e interesse a difícil luta dos comunistas portugueses. O «UZ» é o único jornal diário da República Federal da Alemanha que sempre relatou com verdade a luta do povo português contra a ditadura fascista e por alterações democráticas revolucionárias e o único que lançou apelos para a solidariedade material. E continuaremos a fazê-lo.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer ao PCP e ao seu órgão central, «Avante!», o apoio demonstrado na nossa luta para a realização da nossa festa de imprensa e a sua concretização.

Uma vez mais, camaradas, as nossas melhores saudações e felicitações pela ocasião da vossa Festa.

O «Morning Star» envia as suas saudações ao «Avante!» e a todos aqueles que nele trabalham, desde os redactores até aos que o vendem. Recordamos, com orgulho, o enorme serviço prestado à luta contra o fascismo pelo PCP e a sua imprensa, ao longo de muitos anos de ilegalidade. Recordamos, igualmente, os sacrifícios feitos pelos comunistas portugueses durante o período da clandestinidade. O derrube do fascismo e a libertação dos povos das ex-colónias, em que os comunistas portugueses desempenharam um papel tão extraordinário e honroso, abriu uma nova página na luta dos povos pela paz, pela independência nacional, pela democracia e pelo avanço rumo ao socialismo — não apenas para o povo de Portugal mas para toda a Europa Ocidental em geral.

Desejamos os melhores êxitos ao «Avante!» nas futuras lutas a serem travadas dentro das novas condições criadas pelo derrubamento da ditadura fascista; expressamos igualmente a nossa solidariedade na luta comum pela paz, pela democracia e pelo progresso social na Europa Ocidental e em todo o mundo.

Caros camaradas e amigos,

Na realização da primeira Festa do «Avante!» e em nome do «Akhata», órgão central do Partido Comunista do Japão, enviamos as nossas saudações à vossa equipa de trabalho e a todos os vossos leitores.

«Akhata», que desde 1959 tem celebrado anualmente a sua festa, deseja um grande êxito à vossa iniciativa.

Saudações fraternais.

Camarada Álvaro Cunhal,
Queridos camaradas,
Face à realização da primeira Festa anual do «Avante!», transmito — em nome do Comité Central e de todos os comunistas uruguaios — a nossa fraternal saudação e o desejo dos melhores êxitos na realização da mesma, bem como a concretização dos seus objectivos.

O «Avante!» é o digno porta-voz, de carácter leninista, da causa que é defendida pelo Partido Comunista Português, ou seja a grande causa da classe operária e do povo português. Agora empenhado na batalha para defender e consolidar a democracia em Portugal, o «Avante!» luta por desenvolver as conquistas dos trabalhadores e salvaguardá-las dos intentos retrógrados da reacção.

O «Avante!» luta pela unidade dos patriotas e democratas, defendendo o triunfo das ideias da paz, da democracia, do socialismo e do progresso da Humanidade.

O passado, o presente e, principalmente, o futuro, nos unem ao «Avante!» e ao Partido Comunista Português, exemplarmente solidários com as lutas tão difíceis que enfrentam hoje o nosso Partido e o povo uruguio.

Toda a História recente, de que faz parte destacada o Portugal renascido em 25 de Abril de 1974, dá-nos confiança na vitória: no Uruguai, o nosso povo derrotará o fascismo e vencerá a unidade de patriotas e democratas, de civis e militares patriotas, de leigos e religiosos. E, com a força da classe operária, de todos os trabalhadores e da

vanguarda intelectual e estudantil, o nosso povo abrirá o caminho para o futuro.

Feliz festa, camaradas do «Avante!» e do PCP e povo de Portugal!

Fraternamente,

Rodney Arismendi
Primeiro-Secretário
do P.C. do Uruguai

«Friheten», o órgão central do Partido Comunista da Noruega surgiu, tal como o «Avante!», durante a luta contra o fascismo, na luta contra os ocupantes fascistas alemães e os seus laçaios noruegueses. Muitos perderam a vida para que o «Friheten», porta-voz da resistência activa, pudesse ser escrito, impresso e distribuído. A polícia secreta alemã, a Gestapo, perseguiu com desespero o jornal mas nunca conseguiu impedir o seu aparecimento.

A nossa ilegalidade durou «apenas» durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Muito mais difícil deve ter sido para o «Avante!», órgão central do partido irmão de Portugal, que durante 40 anos lutou contra a tirania fascista em Portugal, pela liberdade, pela paz e pela vitória socialista da classe operária. Por isso foi com enorme satisfação que soubemos da queda dos tiranos em Abril de 1974 e do caloroso acolhimento dispensado ao dirigente do PCP, Álvaro Cunhal, quando regressou ao seu país, por cuja liberdade lutara juntamente com tantos outros patriotas. É para nós uma honra e um grande prazer podermos enviar ao «Avante!» as nossas mais calorosas saudações por ocasião da sua primeira Festa anual.

O «Avante!» desempenha, hoje como ontem, um papel importante na luta do povo português e da classe operária. Apesar de o regime fascista ter sido derrubado em Abril de 1974, forças reacionárias ocupam ainda importantes postos de comando na vida política e económica, muitas vezes com uma fachada democrática. Ninguém melhor do que vós conhece isto, razão por que lutas de forma tão consequente contra todos os ataques dessas forças contra a democracia e a causa do socialismo, contra as forças que, dentro e fora do País, trabalham para o regresso do fascismo.

O actual Primeiro-Ministro, Mário Soares, num dos seus discursos em Abril de 1974, expressou a opinião de que a social-democracia não era a via portuguesa para o socialismo. Concordamos com isto, pois temos a experiência de que, mesmo quando os sociais-democratas detêm o Poder há muitos anos, como é o caso da Noruega e de outros países, ainda não temos o socialismo. Posteriormente, Soares aliou-se a essas forças e difama o glorioso PCP que luta activamente pelos objectivos políticos da libertação. Demonstra-se assim que, apenas pelo reforço do PCP, os trabalhadores portugueses conseguirão realizar as grandes esperanças de democracia e socialismo que surgiram com Abril de 1974.

Desejamos ao «Avante!» e, através dele, ao povo e à classe operária de Portugal, os maiores sucessos na sua luta que certamente continuarão até à vitória.

A redacção
do «Friheten»

Caros camaradas

A redacção e os leitores do «Zeitung Vom Letzburger Vollek», órgão do Partido Comunista do Luxemburgo, dirigem-vos felicitações calorosas e fraternais saudações por ocasião da primeira Grande Festa do «Avante!».

Conhecendo o papel importante que o vosso jornal desempenha na luta pelo progresso e o socialismo — luta na qual estamos ao vosso lado no espírito do internacionalismo proletário — desejamos inteiro sucesso à vossa Festa.

René Urbany
Director do «Zeitung Vom
Letzburger Vollek»

O colectivo do «Nhan Dan» felicita-vos fraternalmente por ocasião da primeira Grande Festa do «Avante!». Seguimos com simpatia a luta heróica da classe operária portuguesa sob a direcção corajosa do PCP.

O «Avante!» que sempre ergueu bem alto a bandeira, mesmo nas piores condições da tirania fascista, é para nós um exemplo.

Desejamos, portanto, ao Povo português e ao colectivo do «Avante!» os maiores sucessos no combate pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

Hoang Tung
Redactor-chefe do
«Nhan Dan» de Hanói

Queridos camaradas,

Nos decénios da ditadura salazarista o «Volksstimme» esteve sempre ao lado dos lutadores antifascistas portugueses. E foi com grande satisfação que anunciou a derrocada desse regime em 25 de Abril de 1974 e espalhou a alegria desse grande acontecimento em amplos sectores da classe operária e dos democratas austríacos. Defendia a causa da revolução, informava os seus progressos e os ataques das forças contra-revolucionárias contra ela.

Quando, na Europa e nos Estados Unidos

da América, se formou a nova «Santa Aliança» contra a revolução portuguesa, que quis travar e fazer retroceder, com todos os meios de pressão e chantagem, o processo democrático em Portugal, o «Volksstimme» enchia as suas páginas com notícias e artigos que denunciavam e combatiam, em primeiro lugar, o papel antipopular da social-democracia direitista da Europa Ocidental.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, à solidariedade de classe e à amizade dos operários de todos os países, o «Volksstimme» será também, no futuro, um amigo fiel e companheiro de luta dos operários portugueses, do seu Partido Comunista e da sua imprensa.

Saudações cordiais e felicitações para a Festa do «Avante!» de todos os redactores e colaboradores do órgão central do Partido Comunista da Áustria — o «Volksstimme».

«Kansan Uutiset», órgão principal do Partido Comunista Finlandês, o maior jornal diário do movimento operário finlandês, saúda calorosamente o jornal irmão português «Avante!».

A queda dos governantes fascistas, em Abril de 1974, foi saudada também por nós como uma grande vitória do povo português. Regozijamo-nos convosco pela legalização do Partido Comunista Português. Regozijamo-nos convosco pela legalização do Partido Comunista Português e do seu órgão central «Avante!» O «Avante!» tem sido para nós uma importante fonte de informações para relatarmos aos nossos leitores a luta do povo português pela democracia em condições de maior liberdade.

A experiência da classe operária portuguesa constitui uma importante contribuição para o movimento comunista e o movimento operário internacionais. Esta experiência constitui uma ajuda na construção de uma ampla frente democrática contra os monopólios na Finlândia e para criar as bases para a revolução socialista no nosso país.

Desejamos os maiores sucessos ao «Avante!», arma importante do Partido Comunista Português.

Ao Colectivo do «Avante!»

Queridos camaradas:

Feliz festa comunista, de afirmação política e de magníficas expressões de cultura e arte, festa da classe operária e do povo português, a do «Avante!» neste mês de Setembro de 1976, é este o desejo do colectivo do «El Popular».

O diário do Partido Comunista do Uruguai, encontra-se hoje na clandestinidade mas — como todo o nosso Partido — firme na luta contra a ditadura fascista que trai a nossa Pátria e o nosso Povo.

Como trabalhadores comunistas da imprensa, sentimos orgulho proletário pela existência do «Avante!», pelas dezenas de anos como órgão de combate clandestino contra o fascismo, em porfiada e tenaz luta pela libertação do povo português, hoje um exemplo de firmeza no combate para garantir a democracia conquistada em 25 de Abril de 1974. Nas páginas do «Avante!», ontem como hoje, sempre vimos a voz das ideias do marxismo-leninismo em Portugal, o porta-voz do combate do PCP pela unidade dos revolucionários, democratas e patriotas portugueses, o agitador, propagandista e organizador da classe operária e do seu Partido. Igualmente as páginas do «Avante!» têm sido um fiel e permanente reflexo do internacionalismo proletário, que é uma norma do PCP. E isso bem o sentimos agora, porventura mais do que nunca, quando nas suas páginas encontramos os materiais que expressam a solidariedade com a luta do nosso Partido, da classe operária e do povo do Uruguai.

O nosso colectivo tem hoje vários dos seus membros presos. Eles, com a enorme maioria dos quase 7 mil presos políticos do Uruguai, suportaram e suportam torturas e maus tratos de todo o tipo. Encontram-se presos os nossos camaradas José Jorge Martinez, Juan Carlos Urruzola, Ismael Weinberger, Rodolfo Porley, Maria Victoria Barceló, Niurka Fernandez... Mas também destacados colaboradores do «El Popular» — como Rita Ibarburu — secretária de redacção da revista teórica do PCU, «Estudios» — e os membros da direcção do Partido, José L. Massera, Jaime Perez, Geraldo Cuesta, Rosario Pietrarroia, Wladimir Turianky, Eduardo Bleier, Luis Tournon, Jorge Mazzarovich...

Lamentavelmente, as actuais condições do nosso trabalho impedem-nos de estar fisicamente presentes na Primeira Festa Anual do «Avante!». Não será necessário expressar que estamos convosco com todo o nosso espírito comunista, com a nossa solidariedade para com a luta do «Avante!» e do PCP, para defender e consolidar a democracia em Portugal.

Um forte abraço a todo o colectivo do «Avante!». A nossa fraternal saudação ao PCP e em especial à sua direcção marxista-leninista. A nossa mensagem de apoio ao proletariado, a todos os trabalhadores, aos intelectuais progressistas, aos estudantes e ao povo português que, em torno do «Avante!», realimentará em Setembro, uma vez mais, a sua decisão de fazer avançar a democracia em Portugal.

Fraternamente, pelo colectivo do «El Popular»

Eduardo Vieira
director